Publicação Ideies
ISSN 2595-9247
Ano 3 – Número 23 – Julho de 2019

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

O objetivo do Boletim é reunir os últimos dados disponíveis para cada área. Assim, para algumas – como produção física, comércio, serviços e crédito –, a última informação refere-se a maio de 2019. Para outras, como inflação, comércio exterior e finanças públicas, os números mais recentes são de junho de 2019. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 31/07/2019.

A publicação está dividida em oito seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado.** Nesta edição, o assunto em destaque é a agenda econômica do país pós-Reforma da Previdência.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – mostra que o Copom decidiu baixar a Selic para 6,00% a.a. na reunião do dia 31 de julho e as as expectativas para a taxa ao fim de 2019 seguem na casa dos 5,50% a.a.. O nível de atividade econômica brasileiro, revelado pelo IBC-BR mostra alta de 1,31% no acumulado em 12 meses, enquanto o capixaba, medido pelo IBCR-ES, tem elevação de 1,92 na mesma comparação.

Já o IPCA acumulado em 12 meses até junho caiu para 3,37% no Brasil e 3,67% para a RMGV.

A terceira seção – **Mercado de Trabalho** – aponta que, segundo o Caged, em junho houve saldo positivo de empregos formais para o Brasil (+48.436), mas o Espírito Santo teve fechamento de -1.152 vagas, o que é um resultado típico para o mês no estado.

Na quarta seção – **Desempenho Industrial** – os dados da produção física de maio mostram que a indústria brasileira teve queda de -0,2% no mês, enquanto a capixaba recuou -2,2%, influenciada pelo resultado da indústria extrativa (-9,1%). No acumulado em 12 meses até maio, a indústria nacional tem desempenho estável na produção física (0,0%), enquanto no Espírito Santo a queda é de -4,1%.

A quinta seção – **Comércio Exterior** – indica que, apesar da redução dos montantes, a balança comercial do Brasil e do Espírito Santo seguem superavitárias no acumulado do primeiro semestre, com saldo de US$ 26,0 bilhões e US$ 787 milhões, respectivamente.

A sexta seção – **Crédito** – traz o saldo da carteira total no mês de maio, com crescimento para o país (0,6%), e para o estado (0,7%) em relação a abril. Na comparação contra maio de 2018 o resultado também é positivo, com alta de 5,5% para ambos.

A sétima seção – **Finanças Públicas Estaduais** – mostra que no primeiro semestre as receitas do Governo do Estado somaram R$ 9,8 bilhões e as despesas R$ 6,6 bilhões, um crescimento de 20,1% e 2,3%, respectivamente, na comparação com 2018.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma nova forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: http://bit.ly/DadosBEC_julho19.

Ótima leitura!

Seções

1. Assunto em Destaque – A agenda econômica pós-Previdência 02
2. Cenário Econômico 06
3. Mercado de Trabalho 11
4. Desempenho Industrial 14
5. Comércio Exterior 17
6. Crédito 21
7. Finanças Públicas Estaduais 25
8. Comentários Finais 28

Publicação Ideies
ISSN 2595-9247
Ano 3 – Número 23 – Julho de 2019

1. Assunto em Destaque – A agenda econômica pós-Previdência

A Reforma da Previdência é um assunto recorrente há mais de 20 anos no país, dada a velocidade das transformações demográficas e a previsão de insustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro. O debate, seja o mais especializado, seja o da opinião pública, amadureceu bastante durante esses anos e, em especial, desde a proposta de reforma apresentada durante o governo Michel Temer.

O ano de 2019 merece um destaque especial, visto que o assunto praticamente monopolizou a agenda política e econômica do país durante todo o primeiro semestre do governo Jair Bolsonaro.

Principal pauta da equipe do Ministério da Economia desde a transição de governo nos meses finais de 2018, a reforma da Previdência concentrou muita energia e capital político do Governo Federal para tentar torná-la realidade o quanto antes.

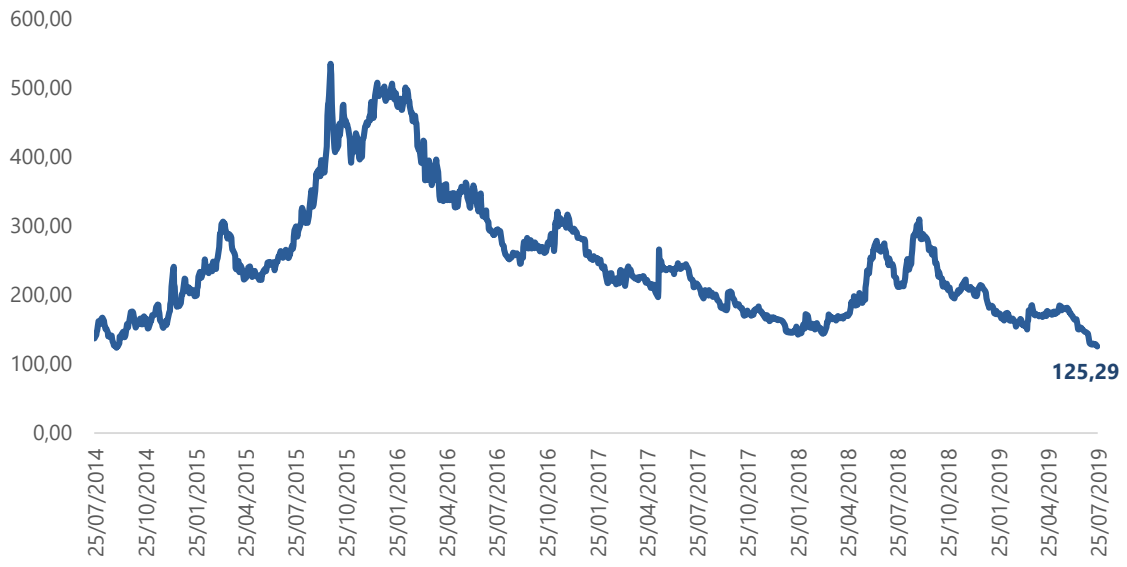
E o que talvez seja a vitória mais decisiva dessa jornada foi conquistada no último dia 10 de julho, com a aprovação da PEC nº 06/2019 em primeiro turno na Câmara dos Deputados, com o significativo apoio de 379 deputados (73,9% do plenário).

Os próximos passos são a votação em segundo turno na Câmara, seguida por dois turnos também no Senado Federal e eventual retorno aos deputados, caso haja alterações do texto no Senado. Tudo isso deverá ser realizado a partir de agosto, após o retorno do recesso do Congresso Nacional.

Após a primeira vitória na aprovação da Reforma da Previdência e contando com um ambiente externo favorável para países emergentes devido às perspectivas de queda das taxas de juros nos EUA e Europa, o Brasil alcançou o nível mais baixo para o principal indicador do risco país desde setembro de 2014. O Credit Default Swap (CDS) de 5 anos chegou à casa dos 125 pontos, o que indica queda na percepção de risco em relação à capacidade de o Brasil honrar suas dívidas.

Na última vez que o risco país alcançou esse patamar o Brasil ainda era classificado como grau de investimento pelas principais agências de rating do mundo (Standard & Poor's, Fitch e Moody's).

Gráfico 1 – Risco país - Credit Default Swap (CDS) de 5 anos, evolução diária – Brasil



Fonte: LCA Consultores

Entre setembro de 2015 e abril de 2016 o país acabou sendo rebaixado para o grau de investimento especulativo pelas três agências, o que na prática impede que diversos fundos estrangeiros invistam em ativos do país, cortando um importante fluxo de capital para a nossa economia.

A queda do risco país não significa que o Brasil vá rapidamente recuperar o grau de investimento, mas é encarado por analistas como um fator importante e que, ajudado pela aprovação da Reforma da Previdência, poderá colocar o país em posição privilegiada entre os emergentes, em um momento de possibilidade de aumento da liquidez mundial e busca por novas alternativas de investimento. Para a evolução das notas do rating soberano, no entanto, outras várias medidas que ajudem a equilibrar a dívida pública do Brasil e possibilitar um crescimento econômico mais robusto e sustentado são apontadas como essenciais[1].

A boa notícia é que, com a confiança dos políticos e do mercado em alta pela aprovação final da matéria, o assunto Reforma da Previdência começa a abrir espaço para outros importantes temas na agenda política e econômica do país.

O Poder Legislativo ganhou protagonismo na discussão da Reforma da Previdência e também se coloca hoje como instituição que, para além de apenas organizar a agenda oriunda do Poder Executivo, pretende ajudar a pautar, influenciar e construir os temas nacionais relacionados às reformas.

Essa "concorrência" entre Executivo e Legislativo pode ser vista no tema que promete ser o mais amplo, complexo e estruturante para a economia brasileira no pós-Previdência: a reforma tributária.

Já tramita na Câmara dos Deputados um projeto (PEC nº 45/2019) proposto pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) baseado nos estudos do Centro de Cidadania Fiscal, liderado pelo economista Bernardo Appy, que visa unificar cinco tributos (IPI, PIS, Confins, ICMS e ISS) em um único Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), com três alíquotas: federal, estadual e municipal, além de um imposto seletivo federal para bens e serviços com externalidades negativas[2] (cigarro e bebidas alcóolicas, por exemplo).

No Senado, foi apresentada uma outra proposta (PEC 110/2019, cujo texto teve como base a PEC nº 293/2004, relatada pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly) que extinguiria um total de dez tributos para a criação de um imposto sobre valor agregado, de competência estadual, e um imposto seletivo sobre bens e serviços específicos, de competência federal.

O Governo Federal, por sua vez, pretende apresentar, em breve, uma proposta que unifique apenas tributos federais (IPI, PIS, Cofins, parte do IOF e talvez a CSLL) em um imposto único, preservando o ICMS estadual e o ISS municipal. Além disso, também se considera a possibilidade de extinguir a contribuição patronal ao INSS, podendo haver, em contrapartida, a criação de um imposto sobre meio de pagamentos ou um aumento correspondente na alíquota do imposto único a ser criado[3].

Uma outra proposta foi recentemente divulgada, tendo como proponente o movimento empresarial denominado "Instituto Brasil 200"[4]. A sugestão é de se criar um imposto único que substitua todos os tributos federais, estaduais e municipais, inclusive IPTU e IPVA, a partir da criação de uma alíquota sobre qualquer movimentação financeira entre contas, no valor de 2,5%.

[1] Veja coluna do jornal Estado de São Paulo – "A saga do rating": https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-saga-do-rating,70002934966

[2] De forma resumida, o conceito de externalidade diz respeito a efeitos colaterais ou consequências, sejam econômicas, sociais ou ambientais, que determinada ação causa a terceiros, podendo ser uma externalidade positiva ou negativa. O uso de cigarros, por exemplo, para além da relação econômica de compra e venda do produto, terá como efeitos colaterais impactos negativos à saúde de fumantes ativos e passivos, aumento dos gastos públicos com saúde, dentre outros.

[3] Veja mais em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,conheca-as-propostas-de-reforma-tributaria-em-discussao,70002924633

[4] Segundo o site do movimento, o Instituto Brasil 200 é uma organização da sociedade civil que busca promover a divulgação de valores que geram prosperidade e desenvolvimento humano para o Brasil.

Tabela 1 - Principais propostas de reforma tributária atualmente em pauta no Brasil

Autoria	Status	Tributos a serem extintos	Tributos a serem criados
Câmara dos Deputados (dep. Baleia Rossi)	Aprovada na CCJ da Câmara, em análise em Comissão Especial	IPI, PIS, Cofins; ICMS; ISS.	Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e Imposto Seletivo
Senado Federal (Líderes)	Em análise na CCJ do Senado	IPI, IOF,CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação e Cide-Combustíveis; ICMS; ISS.	Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e Imposto Seletivo
Governo Federal	A ser apresentada	IPI, PIS, Cofins, parte do IOF e talvez a CSLL	Imposto Único Federal (IUF) e Imposto sobre Pagamentos (IP)
Instituto Brasil 200	A ser apresentada	Todos, federais, estaduais e municipais	Imposto Único, sobre transações financeiras

Elaboração: Ideies / Findes

Apesar de distintas, complexas e de atingirem interesses de todas as empresas, governos e pessoas do país[5], todas as propostas partem de um certo consenso no diagnóstico de que o Brasil precisa de uma simplificação tributária que permita facilitar o processo produtivo, trazer mais competitividade para a economia[6] e tornar o sistema mais equitativo.

No campo das concessões, o Governo Federal sinaliza para uma agenda ainda mais intensa para o segundo semestre, com novas rodadas de leilões de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, apostando também no aumento da atratividade de investimentos estrangeiros com os avanços da Previdência.

Outra forte pauta do atual Governo Federal é o plano de privatizações, que vem sendo preparado desde o início da gestão e deve ser anunciado em breve. Levantamento realizado pelo jornal Estado de São Paulo prevê que o programa de desestatização poderá render até R$ 450 bilhões ao governo, incluindo operações de privatização, desinvestimento, abertura de capital e venda de participações de estatais e subsidiárias, além de participações do BNDESPar, braço de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento[7].

A carteira de projetos do Ministério da Infraestrutura prevê repassar, até 2022, projetos concedidos que somam investimentos de R$ 208 bilhões ao longo dos seus contratos.

O BNDES, por sua vez, é outro assunto importante que emergiu no debate público após a primeira votação da Reforma da Previdência. O novo presidente do banco, Gustavo Montezano, reforçou que pretende acelerar a venda das participações em empresas e implementar uma

[5] Um recente debate promovido pela GloboNews reuniu especialistas no assunto para discutir as diferentes propostas em pauta. Ouça em: http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/267386/propostas-de-reforma-tributaria-que-devem-avancar-.htm.
[6] No Ranking *Doing Business 2019*, elaborado pelo Banco Mundial e que mede a regulamentação do ambiente de negócios em todo o mundo, o Brasil aparece em 184º dentre os 190 países analisados no pilar "Pagamento de Impostos". É a pior colocação do país entre todos os quesitos analisados. Veja mais em: https://portugues.doingbusiness.org/pt/doingbusiness.
[7] Veja mais sobre as expectativas de desestatizações para o Brasil e o ES na seção destaque do Boletim de março: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/269/original/032019_BEC-marco.pdf?1554326253

nova orientação para o órgão, focado mais em consultoria financeira, ajudando a pensar e estruturar modelos de privatização e concessão, e menos em investimentos e empréstimos, ainda que haja a intenção de mantê-los para projetos de infraestrutura de longo prazo.

No campo de medidas que visam melhorar o ambiente de negócios no Brasil, a Medida Provisória nº 881/2019, apelidada de MP da Liberdade Econômica, assinada em abril pelo Presidente da República, deverá ser votada no Congresso Nacional até o início de setembro para que seja convertida em lei, caso contrário o texto perde a validade. No último dia 11 de julho uma comissão do Congresso aprovou o relatório final da MP que deverá ser votado na Câmara e depois no Senado. O texto busca desburocratizar e facilitar a prática de algumas atividades a partir de, por exemplo, dispensa de exigência de alvará de funcionamento para aquelas de baixo risco, dispensa de autorização para startups iniciarem testes de determinados produtos e serviços e simplificação de alguns registros trabalhistas.

Em relação a importantes aspectos regulatórios, há dois temas que deverão ter muito destaque nos próximos meses. O primeiro deles, que já caminha no Congresso Nacional, é o projeto que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico no país, após uma Medida Provisória que tratava do tema não ter sido convertida em lei em tempo hábil.

Ainda um grande desafio brasileiro, a cobertura de água e esgoto está longe de atingir os patamares desejados, o que produz inúmeros prejuízos ambientais e sociais, sobretudo na área da saúde. A proposta em questão busca ampliar a transparência e a concorrência no setor a partir de realização de certames públicos baseados em critérios técnicos, o que deve ampliar a participação de entidades privadas nos investimentos do setor, atualmente dominado por empresas estatais dispensadas de processos licitatórios. Outra mudança importante é a atribuição da regulação do setor à Agência Nacional de Águas (ANA), o que minimizaria conflitos de interesse entre as agências reguladoras e as empresas estatais, em muitos casos controladas pelos governos estaduais.

O segundo tema regulatório é o que versa sobre o gás natural, insumo fundamental para a atividade industrial do Brasil e do Espírito Santo[8]. O Governo Federal lançou no último dia 23 de julho o Programa do Novo Mercado de Gás, que vem sendo apelidado de "choque de energia barata", uma série de medidas que pretendem levar mais competição ao setor.

De forma resumida, ele deverá se basear na saída da Petrobras do mercado de distribuição e transporte de gás natural, rompendo o monopólio estatal e abrindo espaço para novos participantes privados, que deverão ampliar a concorrência e ajudar a reduzir os preços do setor.

Um outro assunto que tem sido citado e também é pauta permanente nas discussões econômicas nacionais diz respeito à realização de alguma reforma administrativa ou de Estado. Atualmente tratado com prioridade pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o tema passa por pontos politicamente delicados, como os planos de cargos e salários do funcionalismo público e o fim da estabilidade, com a intenção de reduzir disparidades salariais entre o setor público e privado e produzir incentivos em direção à melhoria da prestação de serviços pelos governos.

Apesar dos discursos e dos diagnósticos, a reforma administrativa ainda não tem propostas em tramitação ou desenho claro a ser operacionalizado, mas pode ganhar fôlego com a atual onda de reformas liberalizantes no país.

Em meio a tantos temas complexos e que demandarão muita articulação, negociação e que, se aprovados, ainda devem levar algum tempo para produzir impactos reais sobre a economia, o Governo Federal também anunciou no dia 24 de julho a liberação de saque de contas ativas e inativas do FGTS até o limite de 500 reais por conta, além de valores do PIS/Pasep. Outras mudanças nas regras do FGTS também foram anunciadas[9]. Segundo previsão do Ministério da Economia, as medidas deverão injetar cerca R$ 42 bilhões na economia até 2020.

[8] Veja um debate mais aprofundado sobre o mercado de gás natural em uma série de artigos publicados no Blog de Ambiente de Negócios do Ideies, disponível em: http://www.blogdoideies.org.br/e-possivel-um-mercado-livre-de-gas-natural-no-espirito-santo/

[9] Veja mais detalhes em: https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/2019/07/24/governo-anuncia-liberacao-de-saques-do-fgts-e-fundo-pis-pasep-entenda.ghtml

Em 2017, o então governo do presidente Michel Temer fez movimento parecido, tendo liberado um montante de R$ 49,8 bilhões de reais do FGTS. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV)[10] revelou que dos R$ 44 bilhões efetivamente sacado pelos trabalhadores naquela ocasião, 37,7% foi destinado à quitação de dívidas em atraso, 30,0% para poupança e apenas 27,8% foram gastos com consumo, além de 4,5% com outras destinações.

Pesquisadores da FGV ressaltaram à época - o que também valeria para a situação atual - que a destinação de grande parte dos recursos à quitação de dívidas e poupança mostra que a decisão de consumo depende também do fator confiança na economia, e que os impactos da liberação podem ter efeito mais gradual ao longo do tempo, quando uma recuperação mais efetiva da economia e do mercado de trabalho venha a ampliar de forma sustentada a disposição de consumo das famílias.

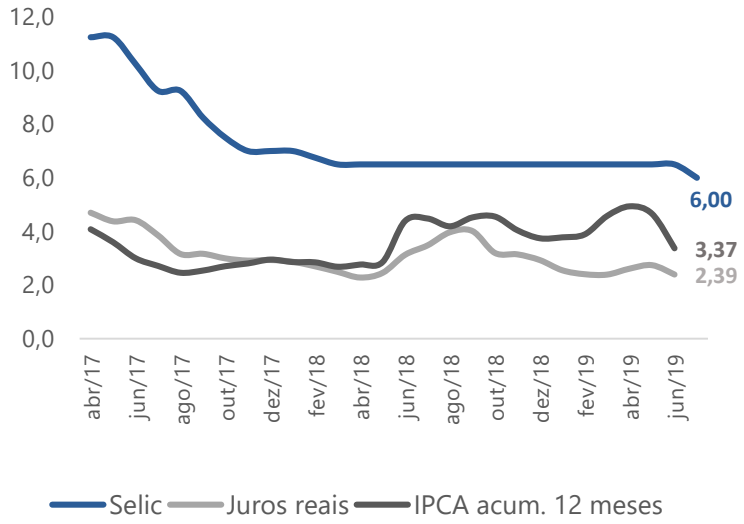
2. Cenário Econômico

No mês de julho a discussão do texto da Reforma da Previdência passou por uma etapa importante com a aprovação em primeiro turno na Câmara dos Deputados. O segundo turno está previsto para ocorrer em agosto, logo após o recesso parlamentar do meio do ano.

Neste ínterim, se confirmou a expectativa do mercado de que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziria a taxa básica de juros na reunião de julho. Após anunciar a manutenção da Selic em 6,50% em junho, o Copom decidiu cortar a taxa para 6,00% a.a., conforme anunciado no dia 31 de julho, surpreendendo parte dos analistas que esperavam por uma redução mais branda, de 0,25 p.p. Com isso, a Selic renovou a sua mínima histórica, após 16 meses de manutenção da taxa. Nas atas das reuniões passadas, o Comitê havia sinalizado que o andamento das reformas e dos ajustes na economia brasileira são necessários para manter as expectativas da inflação ancoradas.

Apurada pela última pesquisa Focus, a expectativa para a taxa Selic de 2019 está sendo mantida em 5,50% a.a. Já as projeções de inflação para 2019, 2020, 2021 e 2022 encontram-se nos patamares de 3,80%, 3,90%, 3,75% e 3,50%, respectivamente.

Gráfico 2 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e Juros Reais[1] (%)



[1] Juros Reais = Juros nominais – Inflação (expectativa para os próximos 12 meses)
Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LCA Consultores
Elaboração: Ideies / Findes

[10] Veja o relatório da FGV em: https://static.poder360.com.br/2017/09/FGTS-FGV.pdf

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, está em 3,37% no acumulado dos 12 meses até junho de 2019. Este número ficou 1,29 p.p. abaixo do registrado no período anterior compreendido entre junho de 2018 a maio de 2019 (4,66%). Esta redução é explicada pela saída do mês de junho de 2018, que registrou uma inflação mensal de 1,26%[11], do cálculo da inflação acumulada em 12 meses.

Na comparação mensal, a inflação de junho variou 0,01% e ficou 0,12 p.p. abaixo do verificado em maio (0,13%).

Os principais grupos que induziram esta redução foram Alimentos e Bebidas (-0,25%) e Transportes (-0,31%)[12]. O grupo Habitação passou de 0,98% em maio para 0,07% em junho, em virtude da mudança de bandeira de energia elétrica de amarela para verde. Entretanto, para o mês de julho, a volta da bandeira amarela poderá elevar o IPCA.

Tabela 2 - Variação (%) do IPCA - junho de 2019

Período	Brasil	RMGV
No mês	**0,01**	**0,54**
Preços Livres	0,08	0,59
Preços Administrados	-0,19	0,41
Acumulado em 12 meses	**3,37**	**3,67**
Preços Livres	3,23	3,34
Preços Administrados	3,74	4,64
Acumulado no ano	**2,23**	**2,22**

Fonte: IBGE; Ideies
Elaboração: Ideies / Findes

A inflação na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) ficou em 3,67% no acumulado em 12 meses, e manteve a trajetória decrescente iniciada em maio (4,45%).

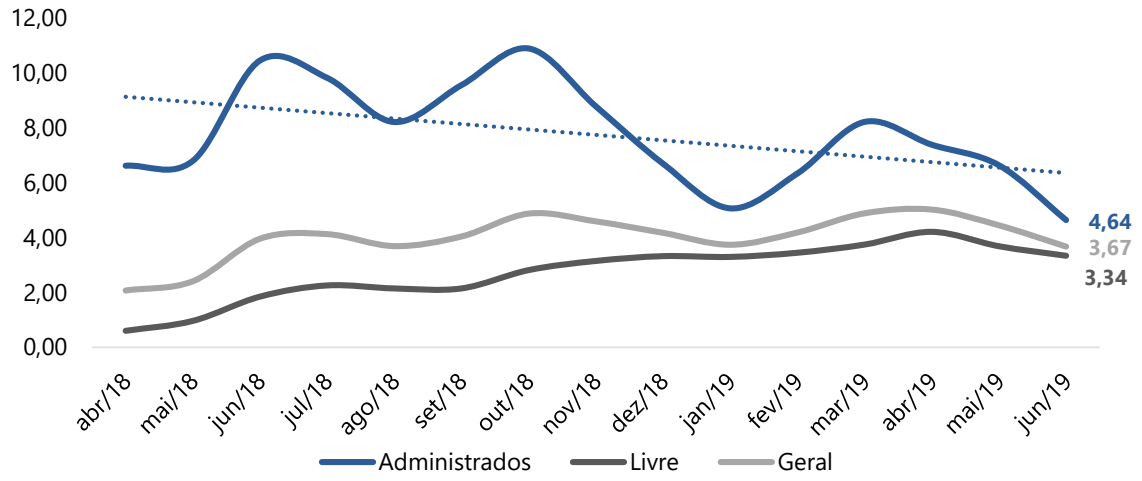
Nesta base de comparação, tanto os preços livres quanto os administrados cresceram menos do que o verificado em maio, com aumentos de 3,34% e 4,46%, respectivamente. As maiores elevações de preços vieram do Gás Veicular (19,16%), do Óleo Diesel (11,07%) e do Ônibus Urbano (10,51%).

Na comparação mensal, o IPCA da RMGV variou 0,54%, a maior taxa entre as regiões pesquisadas pelo IBGE. Os principais grupos que contribuíram para a alta dos preços na RMGV foram Alimentação e Bebidas (0,95%) e Habitação (1,44%)[13] – este último puxado pela alta dos preços da energia elétrica residencial (4,81%). O grupo Transportes apresentou deflação de -0,28%, influenciado pela redução dos preços do ônibus intermunicipal (-1,37%), do óleo diesel (-1,23%) e da gasolina (-2,79%), que sobrepuseram a alta dos preços das passagens aéreas (20,21%)[14].

Como mencionado na edição passada do Boletim[15], a Petrobras informou no dia 12 de junho que os reajustes de preços dos combustíveis não mais terão periodicidade definida. Os anúncios dos preços da gasolina e do diesel podem ser conferidos no site da empresa, onde estão os preços detalhados de 37 pontos, entre eles um de Vitória e um de Vila Velha[16].

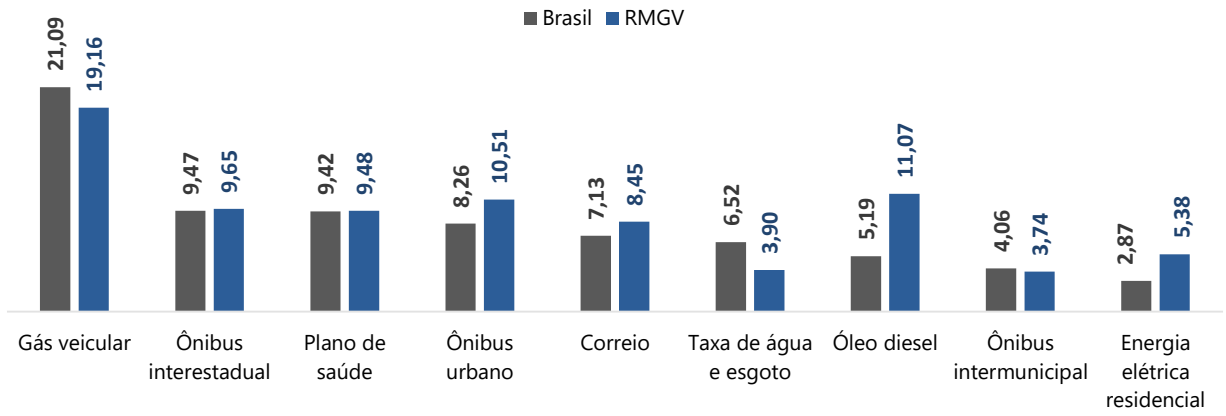
[11] No decorrer da seção serão apresentados os indicadores econômicos referentes aos meses de maio e junho de 2019. Em maio de 2018 houve a paralisação dos caminhoneiros em todo o Brasil, o que impactou negativamente no desempenho da atividade econômica dos meses de maio e de junho daquele ano. Com isso, ao comparar como foi o comportamento dos indicadores de maio de 2019 com maio de 2018, estes apresentaram crescimentos, muito mais devido à baixa base de comparação de maio de 2018 do que a uma sinalização de melhora nas atividades da indústria, comércio e serviço.
[12] O Grupo Alimentos e Bebidas é responsável por compor 24,8% do IPCA, enquanto Transporte por 18,3%, e Habitação por 15,8%.
[13] Na RMGV, os grupos Alimentação e Bebidas, Habitação e Transportes representam respectivamente a 22,82%, 17,35% e 18,30% do IPCA regional
[14] O reajuste nos preços das passagens aéreas em todo o Brasil se deu por dois motivos: a crise na companhia aérea Avianca que resultou na redução de oferta de voos no país, e o evento da Copa América que ocorreu em território brasileiro entre junho e julho.
[15] Acesse o Boletim Econômico de junho em: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/398/original/Boletim-Junho_2019.pdf?1561664847
[16] Acompanhe em: http://www.petrobras.com.br/pt/produtos-e-servicos/precos-de-venda-as-distribuidoras/gasolina-e-diesel/

Gráfico 3 - Variação (%) acumulada em 12 meses do IPCA da RMGV



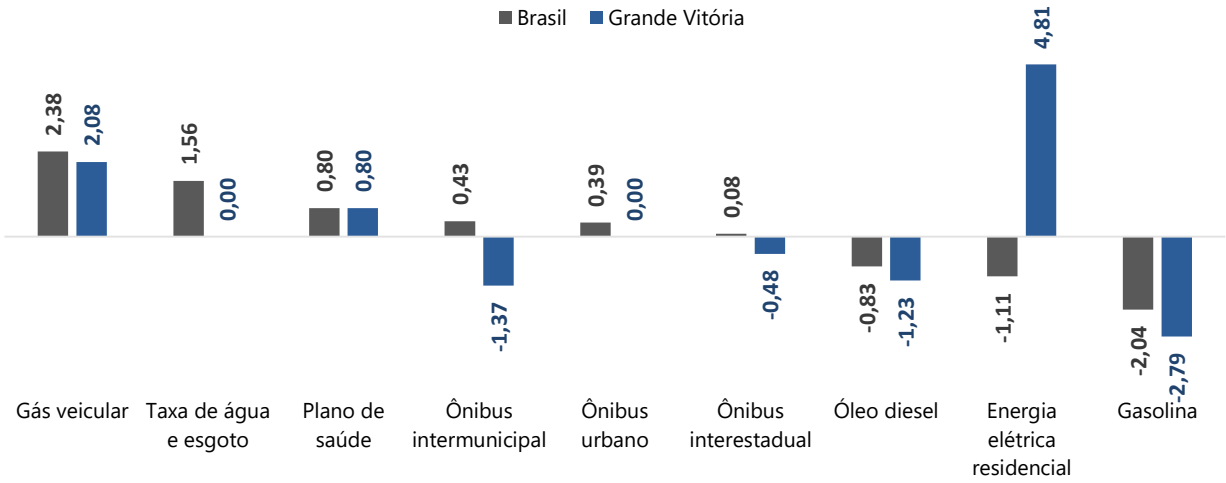
Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 4 - IPCA dos principais preços monitorados - Variação acumulada em 12 meses (%) – junho de 2019



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 5 - IPCA dos principais preços monitorados - Variação mensal (%) – junho de 2019



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

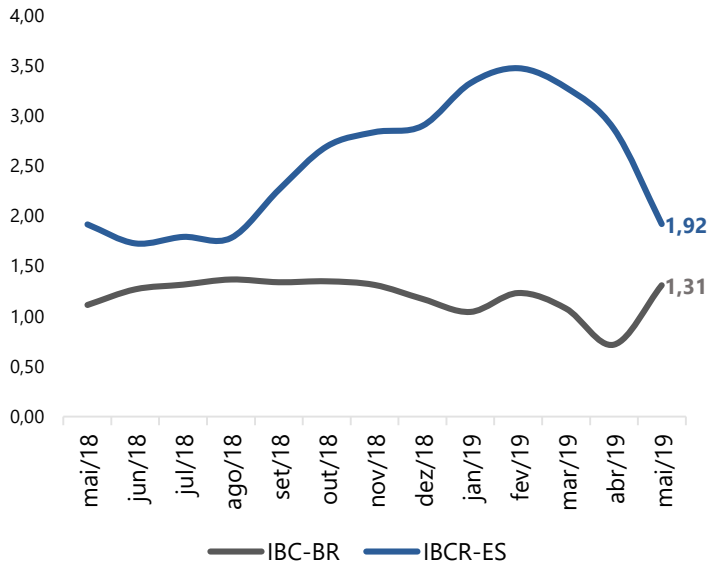
Em relação à atividade econômica do país, o IBC-BR, do Banco Central, cresceu 1,13% no acumulado em 12 meses até maio. Influenciaram positivamente o indicador o desempenho das atividades do comércio (1,10%) e de serviços (1,30%). A variação da produção industrial foi nula nesta base de comparação.

Na comparação com maio de 2018, o IBC-BR registrou aumento de 4,40% e refletiu os desempenhos positivos da indústria (7,1%), do comércio (1,0%) e dos serviços (4,8%).

No acumulado em 12 meses até maio, o Índice de Atividade Econômica Regional para o Espírito Santo (IBCR-ES) variou 1,92%, e permanece na trajetória de desaceleração iniciada em março deste ano; mas, ainda assim, o indicador regional continua acima do nacional (1,31%). Este resultado foi influenciado pelas quedas de -2,3% do volume de serviços e de -4,1% da produção física da indústria, enquanto o volume de vendas do comércio aumentou 7,4%.

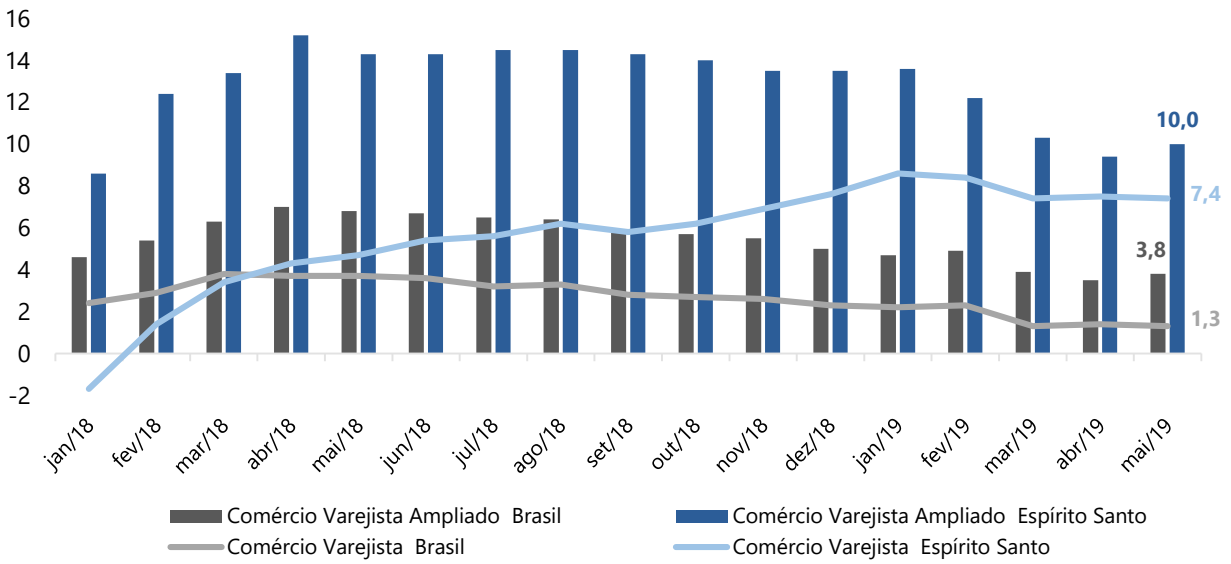
Na comparação entre maio deste ano e o mesmo mês do ano passado, o IBCR-ES recuou -4,44%[17].

Gráfico 6 - IBC-BR e IBCR-ES – Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE; Ideies
Elaboração: Ideies / Findes

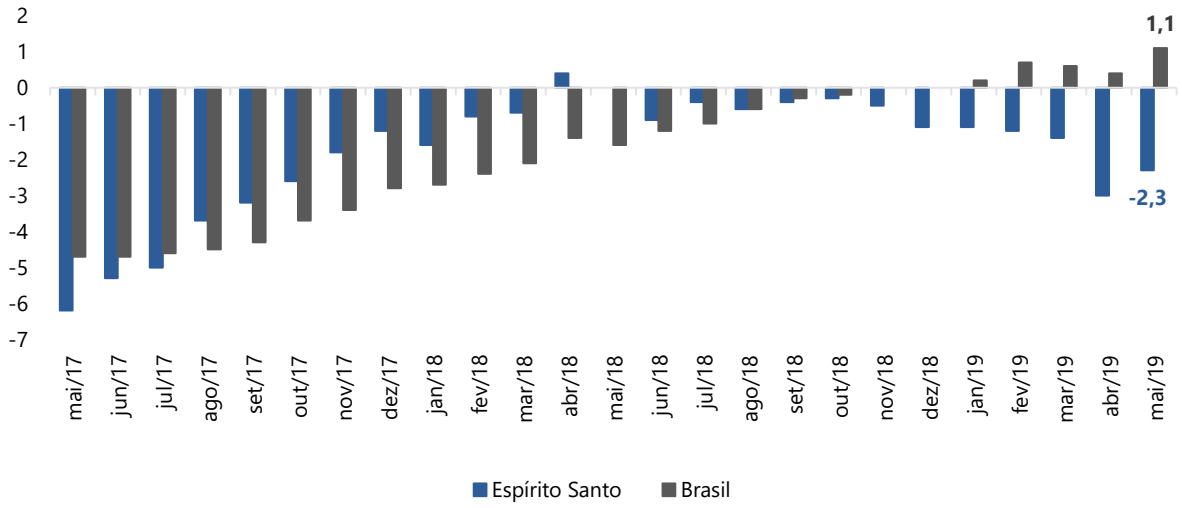
Gráfico 7 - Volume de vendas no Comércio Varejista e do Comércio Varejista Ampliado – Variação (%) acumulada no ano



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

[17] Veja mais sobre o IBCR-ES na Nota Técnica elaborada pelo Ideies em: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/406/original/Nota_IBCR_Maio_2019.pdf?1563317683

Gráfico 8 - Volume de Serviços - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 3 - Indicadores Econômicos (variações %)

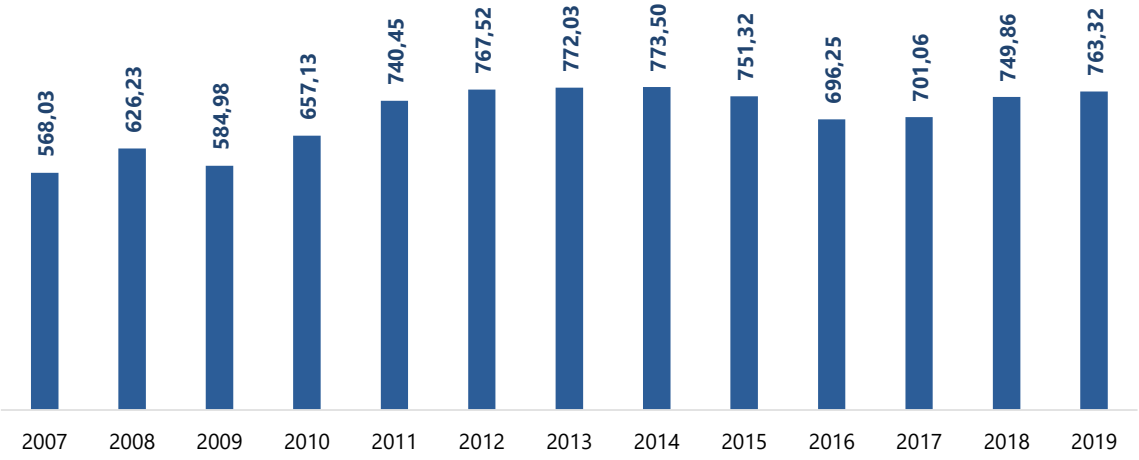
Indicadores Mensais	Mai 2019 / Abr 2019[1]	Mai 2019 / Mai 2018	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,54	4,40	0,94	1,31
Índice de atividade econômica regional ES (IBCR-ES)	0,76	-4,44	0,14	1,92
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-0,20	7,10	-0,70	0,00
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-2,20	-17,40	-11,80	-4,10
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-0,1	1,0	0,7	1,3
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,5	6,5	7,6	7,4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado[2] - Brasil	0,2	6,4	3,3	3,8
Volume de vendas do comércio varejista ampliado[2] - ES	1,3	12,9	7,7	10,0
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	0,0	4,8	1,4	1,1
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	2,4	4,0	-2,2	-2,3

[1] Valores com ajuste sazonal
[2] Comércio Varejista Ampliado, que abrange o varejo e mais os segmentos de "Veículos e motocicletas, partes e peças" e de "Material de construção".
Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Findes

A Arrecadação Federal, outra importante variável a ser acompanhada, teve um crescimento real de 1,80% no primeiro semestre do ano, se comparada ao mesmo período de 2018. Foram arrecadados pela Receita Federal R$ 763,3 bilhões.

Somente no mês de junho de 2019, a arrecadação tributária foi de R$ 119,9 bilhões, o que corresponde a um acréscimo real de 4,68% em relação a junho de 2018. Novamente, a paralisação dos caminhoneiros em maio de 2018 afetou negativamente a base dos tributos naquele mês, diminuindo a arrecadação do ano passado.

Gráfico 9 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a junho – em bilhões (a preços de junho de 2019)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

3. Mercado de Trabalho

No primeiro semestre do ano, o Cadastro Geral de Empregados (Caged) registrou a criação de +408,5 mil postos de trabalho formais no Brasil, resultado da diferença entre os 8,2 milhões de admitidos e os 7,8 milhões de desligados.

Este saldo líquido de empregos formais foi -4,1% menor que a quantidade de novas vagas celetista no mesmo período de 2018 (+426,1 mil). Serviços (+272,8 mil), agropecuária (+75,4 mil) e indústria de transformação (+69,3 mil) foram os setores que mais criaram vagas celetista em 2019. Apenas o comércio registrou destruição de posto de trabalho formal no país (-88,8 mil).

Na análise do mês de junho de 2019, o número de contratações formais (1,24 milhão) superou o de desligados (1,19 milhão) no Brasil, gerando um saldo líquido de +48,44 mil vagas celetista. Esse saldo veio acima das expectativas de mercado coletadas pela agência Bloomberg (+29,5 mil). Os setores que registraram os maiores saldos foram: serviços (+23,0 mil); agropecuária (+22,7 mil); e construção civil (+13,1). Com esse resultado mensal, o Brasil atingiu um estoque de 38,8 milhões empregados formais.

Tabela 4 – Emprego formal, Brasil e Espírito Santo – junho de 2019

Período	Brasil			Espírito Santo		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Junho de 2019 *	1.248.106	1.199.670	48.436	28.669	29.821	-1.152
Acumulado em 2019 (jan-jun) **	8.221.237	7.812.737	408.500	187.921	169.463	18.458
Acumulado em 12 meses (maio/18 - jun/19) **	15.709.166	15.184.235	524.931	347.808	325.572	22.236

(*) Dados sem ajuste das declarações fora do prazo
(**) Valores ajustados por meio das declarações enviadas (até maio de 2019) fora do prazo para a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Fonte: Caged / Secretaria Especial do Trabalho e Previdência (Ministério da Economia)
Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, de janeiro a junho, foram criadas +18,5 mil vagas celetista, resultado da diferença entre as 187,9 mil admissões e os 169,5 desligamentos.

Ao contrário do Brasil, esse resultado foi maior do que o saldo acumulado durante os mesmos meses de 2018 (+14,0 mil postos celetistas).

Nesta base de comparação, serviços (+8,3 mil) continua a ser o setor que mais criou vagas de trabalho no Espírito Santo em 2019. Em seguida estão a agropecuária (+6,2 mil), indústria de transformação (+3,4 mil) e construção civil (+2,0 mil). Apenas o comércio registrou uma quantidade de desligamentos superior ao de admissões (-2,4 mil pessoas).

Em termos de estoque total, o estado possui 735,3 mil postos formais de emprego no Espírito Santo. Entre os setores, serviços (327,8 mil), comércio (181,0 mil) e indústria de transformação (117,5 mil) são os com as maiores quantidades de trabalhadores formais.

Tabela 5 - Saldo líquido e estoque de empregados formais no Espírito Santo, por setor – acumulado em 2019 (jan. - jun.)*

Setores	Admitidos	Desligados	Saldo Líquido	Estoque
Serviços	70.113	61.805	8.308	327.846
Comércio	40.858	43.270	-2.412	180.981
Indústria de Transformação	33.028	29.598	3.430	117.500
Construção Civil	19.716	17.729	1.987	44.260
Agropecuária	21.632	15.386	6.246	38.141
Extrativa Mineral	973	771	202	10.680
SIUP **	1.063	669	394	8.710
Administração Pública	538	235	303	7.188
Total	**187.921**	**169.463**	**18.458**	**735.306**

(*) Dados com ajuste das declarações enviadas fora do prazo (até maio de 2019)
(**) Serviços de Utilidade Pública
Fonte: Caged / Secretaria Especial do Trabalho e Previdência (Ministério da Economia)
Elaboração: Ideies / Findes

Com isso, a taxa de rotatividade dos empregados[18] no Espírito Santo, que mede a renovação da mão de obra, foi de 24,3% no acumulado janeiro a junho 2019, resultado abaixo da média brasileira (31,2%). Ou seja, a fluxo demissões e admissões no estado foi menos intensa que o resto do país.

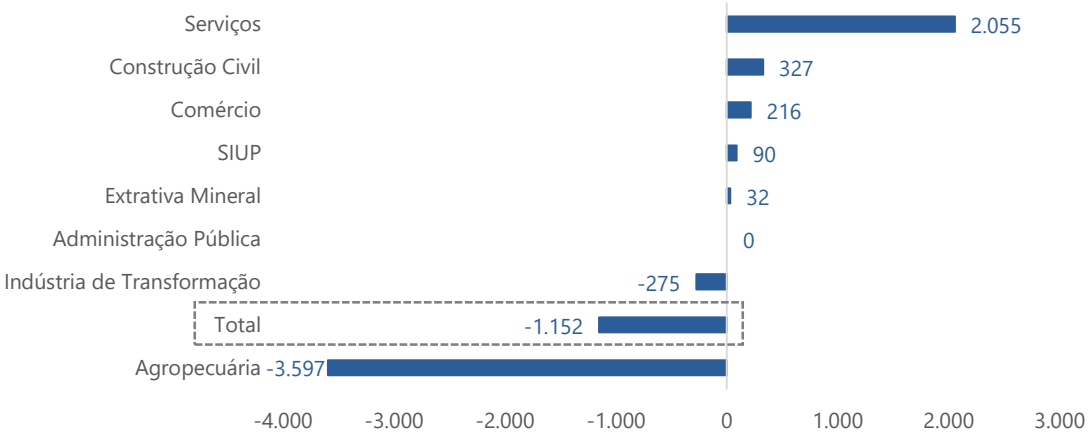
No mês de junho de 2019, o Espírito Santo registrou mais desligamentos de funcionários (29,8 mil) do que admissões (28,7 mil), ocasionado o fechamento de -1,1 mil postos de trabalho formal no estado.

Este foi o segundo menor saldo entre as unidades federativas do país.

O setor que mais contribuiu para essa redução em junho foi a agropecuária, com perda de -3,6 mil vagas celetista. Dos desligamentos negritado neste setor, 42% ocorreram na cultura do café, principal segmento agrícola do Espírito Santo, está em período de safra. Apenas em junho, produziu de 623,3 toneladas de café conilon e 172,2 toneladas de arábica no estado. Como ainda está em processo final de colheita, é provável que o próximo resultado Caged para agropecuária também seja negativamente influenciado pelos desligamentos sazonais do segmento do café.

[18] Cálculo feito a partir da média do número de funcionários admitidos e desligados (total de janeiro a junho) em relação ao estoque de empregados no Espírito Santo. Uma taxa elevada pode indicar uma baixa retenção de qualificação e conhecimentos no estado.

Gráfico 10 – Saldo líquido de emprego formal no mês de junho de 2019, por setor no Espírito Santo*



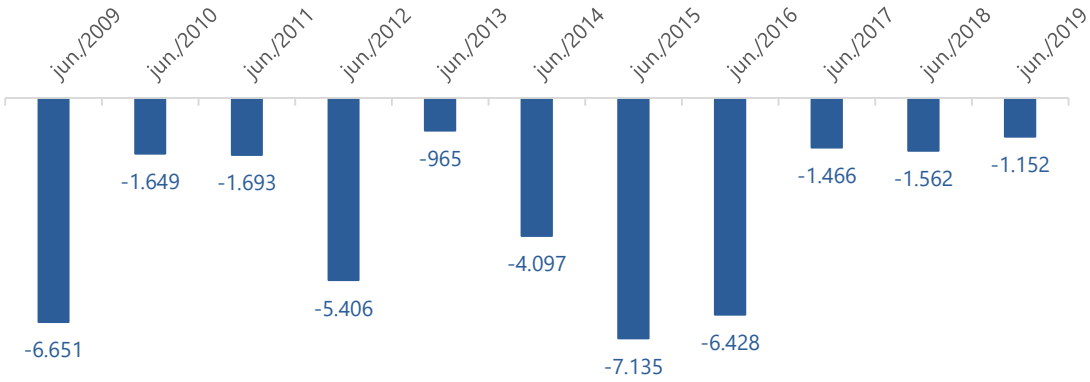
(*) Saldos sem ajuste das declarações enviadas fora do prazo
Fonte: Caged / Secretaria Especial do Trabalho e Previdência (Ministério da Economia)
Elaboração: Ideies / Findes

A indústria de transformação (-275 postos) também registrou um saldo líquido negativo de empregos formais no estado. Este resultado foi influenciado pela redução de vagas celetista na indústria de mecânica (-728), de material de transporte (-46) e de mobiliário de madeira e móveis (-29). Já a metalúrgica (+415 postos) e produtos de minerais não metálicos (+57) registraram crescimentos em seus quadros de funcionários.

Vale ressaltar que, apesar de o Espírito Santo apresentar uma redução mensal de postos de trabalho, comportamento típico para junho, ele foi o menor saldo líquido negativo registrado neste mês desde 2014. Os setores que contrabalancearam essa redução de empregos formais no Espírito Santo foram serviços (+2,0 mil), construção civil (+327) e comércio (+261).

No Espírito Santo, a média salarial de junho dos funcionários admitidos foi de R$1.443,7, valor acima dos desligados (R$ 1.378,3).

Gráfico 11 – Saldo do emprego celetista no Espírito Santo mês de junho*



(*) Sem ajuste das declarações enviadas fora do prazo
Fonte: Caged / Secretaria Especial do Trabalho e Previdência (Ministério da Economia)
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 6 – Média salarial dos funcionários admitidos e desligados - junho de 2019

	Média Salarial Admitidos	Média Salarial Desligados
Extrativa Mineral	R$ 2.261,3	R$ 2.307,5
Indústria de transformação	R$ 1.623,4	R$ 1.770,6
SIUP	R$ 1.522,4	R$ 1.834,5
Construção Civil	R$ 1.653,9	R$ 1.693,8
Comércio	R$ 1.218,3	R$ 1.326,2
Serviços	R$ 1.560,6	R$ 1.587,7
Administração Pública	R$ 1.195,8	R$ 1.756,7
Agropecuária	R$ 979,4	R$ 702,9
Total (Média)	R$ 1.443,7	R$ 1.378,3

Fonte: Caged / Secretaria Especial do Trabalho e Previdência (Ministério da Economia)
Elaboração: Ideies / Findes

4. Desempenho Industrial

De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal divulgada pelo IBGE referente a maio de 2019, a produção industrial nacional caiu -0,7% no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi influenciado pela queda na indústria extrativa (-13,2%), pressionada pela redução de minério de ferro decorrente das paralisações de algumas minas em Minas Gerais, enquanto a indústria de transformação teve alta de 1,2%.

Os resultados de maio apresentaram, em sua maioria, desempenhos positivos em relação ao mesmo período do ano passado. Isto porque a atividade industrial de maio de 2018 foi afetada pela paralisação dos caminhoneiros[19], resultando em uma baixa base de comparação para este mês. Sendo assim, no comparativo com maio de 2018 a produção industrial nacional cresceu 7,1%, puxada pela indústria de transformação (11,2%), que sobrepôs o resultado negativo da indústria extrativa (-18,2%).

É importante ressaltar que para o cálculo do índice geral de produção física, as participações dos setores industriais possuem pesos diferentes na composição da indústria geral. Enquanto a indústria extrativa representa 11,2%, a indústria de transformação reponde por 88,8%. Isto quer dizer que, dependendo da magnitude das oscilações da produção de cada setor, a indústria brasileira é mais sensível às variações da indústria de transformação.

Em relação a abril de 2019, o setor industrial apresentou pequena queda de -0,2%, descontada a sazonalidade, influenciado pelo desempenho negativo da indústria de transformação (-0,5%), enquanto a indústria extrativa aumentou 9,2%.

Nesta base de comparação, os bens de consumo tiveram taxa negativa de -1,8%, dadas as reduções de bens duráveis (-1,4%) e semiduráveis e não duráveis (-1,6%).

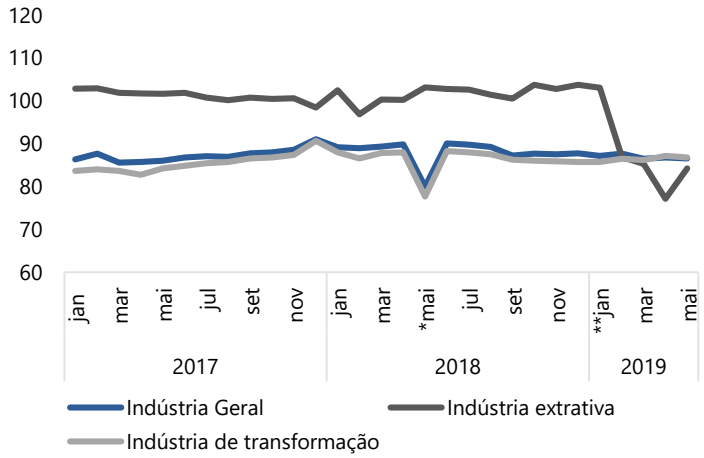
Tabela 7 - Variação (%) da Produção Industrial, Brasil – maio 2019

	Variação (%) mai.19/abr.19*	Variação (%) mai.19/mai.18	Variação (%) acumulada no ano	Variação (%) acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	-0,2	7,1	-0,7	0,0
Indústrias extrativas	9,2	-18,2	-13,2	-4,1
Indústrias de transformação	-0,5	11,2	1,2	0,6
Bens de Capital	0,5	22,2	1,9	4,2
Bens Intermediários	1,3	2,3	-2,0	-0,9
Bens de Consumo	-1,8	14,9	1,7	1,0
Bens de consumo duráveis	-1,4	28,0	3,3	3,7
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-1,6	11,4	1,2	0,2

(*) Dados com ajuste sazonal
Fonte: PIM-PF/IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

[19] Vide Nota 11.

Gráfico 12 - Índice mensal da Produção Física da Indústria do Brasil (base média de 2012 = 100)



(*) Greve dos caminhoneiros
(**) Paralisação das minas de minério em MG
Fonte: PIM-PF/IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, a indústria registrou queda em maio de 2019, verificada pelas taxas negativas em todas as bases de comparações.

De janeiro a maio, o setor caiu -11,8% em relação ao mesmo período do ano passado, influenciado tanto pela indústria extrativa (-18,3%), quanto pela de transformação (-5,0%), sendo esta última pressionada pela fabricação de papel e celulose (-28,1%).

O recuo mais acentuado registrado na indústria capixaba foi de -17,4%, observado na relação entre maio de 2019 e de 2018. Nesta base de comparação, a indústria extrativa caiu -32,2%, impactada pelas quedas nas produções de minério de ferro pelotizado[20], de petróleo e de gás natural. A indústria de transformação, por sua vez, reduziu -2,2%, pressionada pela atividade de papel e celulose (-13,0%) e da metalurgia (-9,6) – sobretudo os produtos tubo de ferro e aço e as bobinas de aço.

Assim como ocorre para o Brasil, os setores industriais têm pesos diferentes para a composição do índice geral no Espírito Santo. De acordo com os cálculos do IBGE, a indústria extrativa representa 54,3% da indústria capixaba ao passo que a indústria de transformação corresponde a 45,7%.

Comparando maio com abril desse ano, a indústria variou -2,2% no estado, puxada pela indústria extrativa (-9,1%) que superou o aumento de 2,8% da indústria de transformação. Este último resultado foi influenciado pela alta de 23,2% na fabricação de celulose e papel. Estes produtos, que desde o início do ano vem perdendo ritmo de produção, apresentaram uma recuperação em maio de 2019.

Tabela 8 - Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo - maio 2019

	Variação (%) mai.19/abr.19*	Variação (%) mai.19/mai.18	Variação (%) acumulada no ano	Variação (%) acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	-2,2	-17,4	-11,8	-4,1
Indústrias extrativas	-9,1	-32,2	-18,3	-6,5
Indústrias de transformação	2,8	-2,2	-5,0	-1,8
Fabricação de produtos alimentícios	6,2	7,7	0,1	3,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	23,2	-13,0	-28,1	-11,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,8	14,4	12,2	-0,3
Metalurgia	-9,3	-9,6	-3,5	0,1

Fonte: PIM-PF / IBGE
*ajuste sazonal
Elaboração: Ideies / Findes

[20] A Vale S.A. divulgou, no dia 22 de julho, os seus resultados de produção e venda do segundo trimestre de 2019. Em relação ao primeiro trimestre do ano, a produção de pelotas de minério de ferro caiu -21,6% no Espírito Santo. A análise completa do segundo trimestre será abordada no Boletim do próximo mês, juntamente com os dados da produção física da indústria.

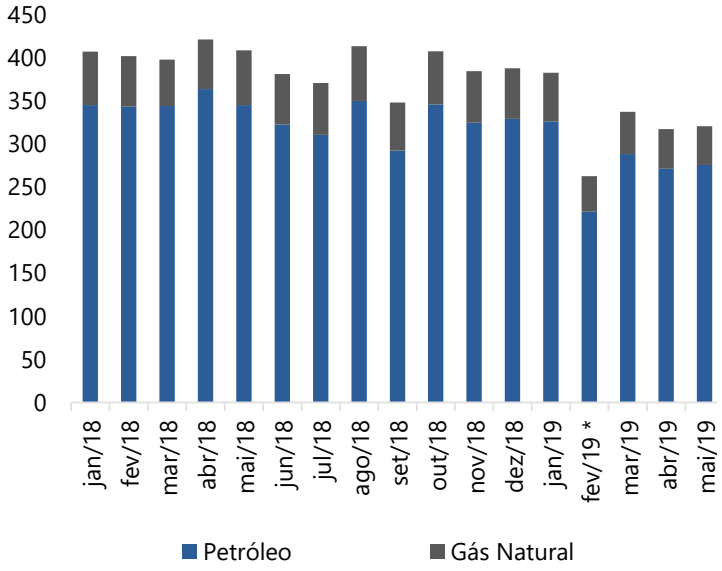
Em relação à produção de celulose e papel, e como analisado em edições anteriores do Boletim, o setor está enfrentando o arrefecimento da demanda chinesa, o que tem gerado altos níveis de estoque da matéria-prima em todo o mundo. De acordo com a reportagem do Valor Econômico[21], esta disponibilidade de estoque combinado à dinâmica lenta do mercado, impacta diretamente na formação do preço da celulose, que está em declínio. Essas mudanças no preço e quantidade demandada interferem na balança comercial do Espírito Santo, como poderá ser visto na próxima seção sobre o Comércio Exterior.

De acordo com os dados divulgados pela ANP, a produção brasileira de petróleo e gás natural registrou alta em maio de 2019. A produção de petróleo ficou em 2.731,0 milhares de barris por dia (Mbbl/d) em média, e a de gás em 118,0 milhões de metros cúbicos por dia (MMm3/d) em média. No total, a produção nacional de P&G atingiu o patamar de 3.473,0 milhares de barris de óleo equivalente por dia (Mboe/d), aumento de 4,9% em relação a maio de 2018, e de 4,8% em relação a abril deste ano.

A produção de P&G no Espírito Santo atingiu 320,8 Mboe/d, recuo de -21,5% em relação a maio do ano passado, e aumento de 1,0% em relação a abril deste ano. Com patamares de 7,1 MMm/d na produção de gás natural e 275,9 Mbbl/d na de petróleo, as produções desses hidrocarbonetos caíram, respectivamente, -29,2% e -20,2% em relação a maio do ano passado.

No dia 27 de maio de 2019, a Petrobras divulgou o início do processo de venda das suas participações totais em 27 campos maduros terrestres no Espírito Santo, dos quais detém 100% das operações[22]. A venda desses campos faz parte do plano de desinvestimentos da empresa.

Gráfico 13- Produção média mensal de Petróleo e Gás no Espírito Santo, em Mboe/d



(*) Rompimento de mangote P-58 da Petrobras.
Fonte: ANP
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 9 - Variação (%) e Produção de Petróleo e Gás, Brasil e Espírito Santo - maio 2019

Indicadores	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natutal (MMm^3/d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)	Gás Natutal (MMm^3/d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)
Produção	118,0	2.731,0	3.473,0	7,1	275,9	320,8
Variação (%) - mai.19/mai.18	5,3	4,7	4,9	-29,2	-20,2	-21,5
Variação (%) - mai.19/abr.19	4,4	4,9	4,8	-3,1	1,7	1,0
Variação (%) - acumulada no ano	2,9	0,2	0,7	-19,6	-20,6	-20,4

Fonte: ANP
Elaboração: Ideies / Findes

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) brasileiro registrou 57,4 pontos em julho de 2019, meio ponto acima do verificado em junho (56,9); com isso, o indicador cresceu pela segunda vez consecutiva, apontando para o aumento de confiança do empresário.

Para o Espírito Santo, este índice alcançou 59,1 pontos, ficando 0,6 ponto acima do registrado em junho (58,5). Este resultado denota otimismo por parte dos industriais capixabas.

[21] Veja mais em: https://www.valor.com.br/empresas/6320063/preco-menor-que-custo-pode-amortecer-queda-da-celulose
[22] Veja mais em: https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=980865

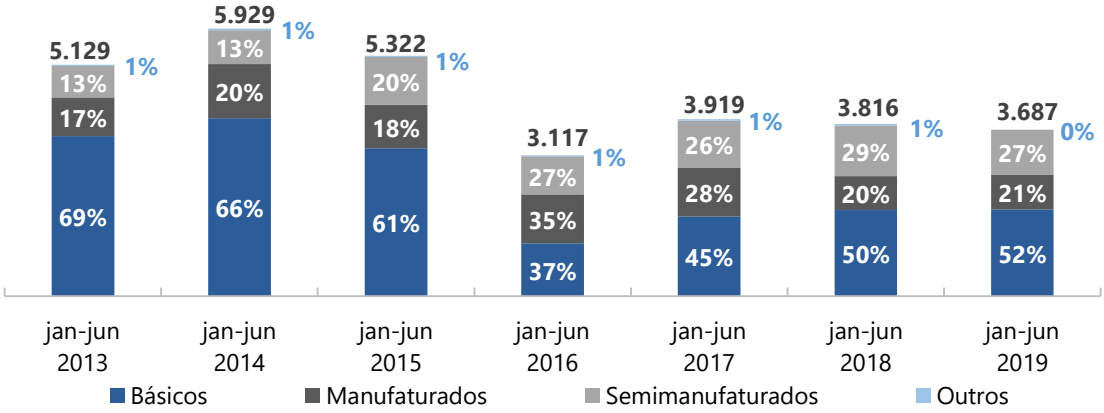
5. Comércio Exterior

Passados os primeiros seis meses do ano, as exportações nacionais alcançaram US$ 109,7 bilhões, segundo maior valor para este período desde 2015, atrás apenas do realizado em de janeiro a junho de 2018 (US$ 113,8 bilhões). A diminuição de -3,6% foi devida, principalmente, à menor venda dos produtos manufaturados (-9,0%) que correspondem a mais de 30% da pauta exportadora brasileira.

No estado a situação é similar, com redução de -3,4% das exportações capixabas, relacionada à menor comercialização dos produtos semimanufaturados (-11,1%) que foram impactados, principalmente, pela redução na exportação de celulose (-35,2%), conforme tabela 10 que demonstra o comportamento dos dez principais produtos da pauta exportadora capixaba.

O Espírito Santo exportou US$ 3,7 bilhões no primeiro semestre de 2019, resultado ainda abaixo dos registrados no mesmo período de 2018 (-3,4%) e 2017 (-5,9%).

Gráfico 14 – Evolução da participação no total das exportações do Espírito Santo, segundo classes, US$ FOB milhões e % do total



Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 10 – Identificação dos produtos com maior participação nas exportações do Espírito Santo, em US$ milhões e mil toneladas - 2018 e 2019

	Descrição	2018[1]				2019[1]			
		US$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %	US$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %
1	Minérios de ferro e concentrados	1.188	31,1%	13.181	71,3%	999	27,1%	10.160	67,3%
2	Óleos Brutos de Petróleo	411	10,8%	1.102	6,0%	526	14,3%	1.311	8,7%
3	Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	406	10,6%	784	4,2%	329	8,9%	659	4,4%
4	Pastas químicas de madeira	495	13,0%	1.003	5,4%	320	8,7%	758	5,0%
5	Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	177	4,6%	303	1,6%	301	8,2%	530	3,5%
6	Café não torrado em grão	138	3,6%	65	0,3%	245	6,6%	150	1,0%
7	Outros granitos trabalhado	224	5,9%	359	1,9%	211	5,7%	376	2,5%
8	Outras pedras de cantaria	45	1,2%	22	0,1%	87	2,3%	41	0,3%
9	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado	108	2,8%	182	1,0%	81	2,2%	158	1,0%
10	Outros produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado	43	1,1%	74	0,4%	72	1,9%	147	1,0%
-	Total dos 10 produtos	3.235	84,8%	17.074	92,3%	3.172	86,0%	14.290	94,6%
-	Total das exportações	3.816	100%	18.495	100%	3.687	100%	15.106	100%

[1] valores referentes ao acumulado de janeiro a maio
Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Findes

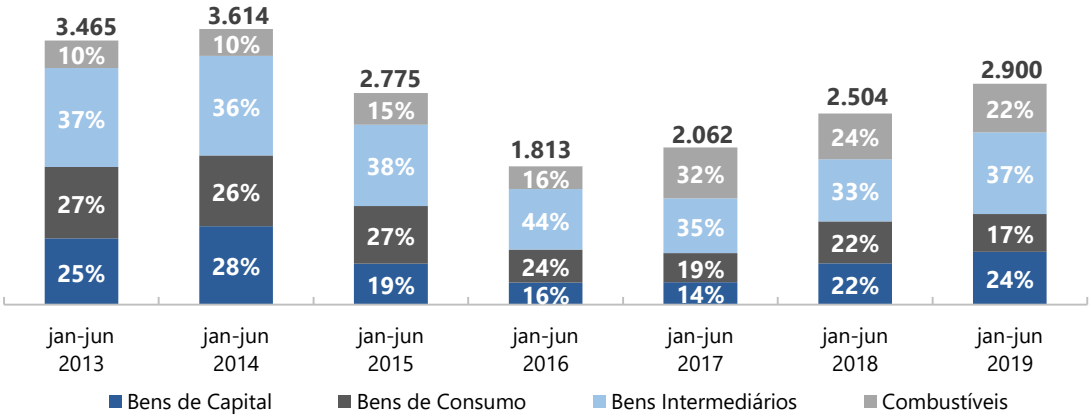
As importações brasileiras no primeiro semestre de 2019 totalizaram US$ 83,7 bilhões, fato que mantém as compras de bens e serviços no exterior em, praticamente, mesmo patamar do primeiro semestre de 2018 (US$87,8 bilhões). Esse resultado é derivado da queda dos bens de consumo (-7,1%) que respondem por 14,2% da pauta, e dos combustíveis (-1,7%) com representatividade de 12,0%. Os avanços ficaram a cargo dos bens de capital (+4,5%) e bens intermediários (+1,0%), cujas participações são de 13,9% e 59,8%, respectivamente.

O melhor resultado ficou com os bens intermediários, com o avanço de 31,2% no primeiro semestre de 2019 contra mesmo período de 2018, sendo essa a categoria com maior representatividade na pauta importadora capixaba.

O total de bens e serviços adquiridos pelo estado, até o meio desse ano, foi de US$ 2,4 bilhões, acréscimo de 15,8% sobre o ocorrido em igual período de 2018.

No Espirito Santo as importações de produtos cresceram em quase todas as categorias econômicas, conforme gráfico 15.

Gráfico 15 – Evolução da participação no total da importação para o Espírito Santo, segundo categorias econômicas, US$ FOB milhões e % do total



Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 11 – Identificação dos produtos com maior participação nas importações para o Espírito Santo, em US$ milhões e toneladas – 2018 e 2019[1]

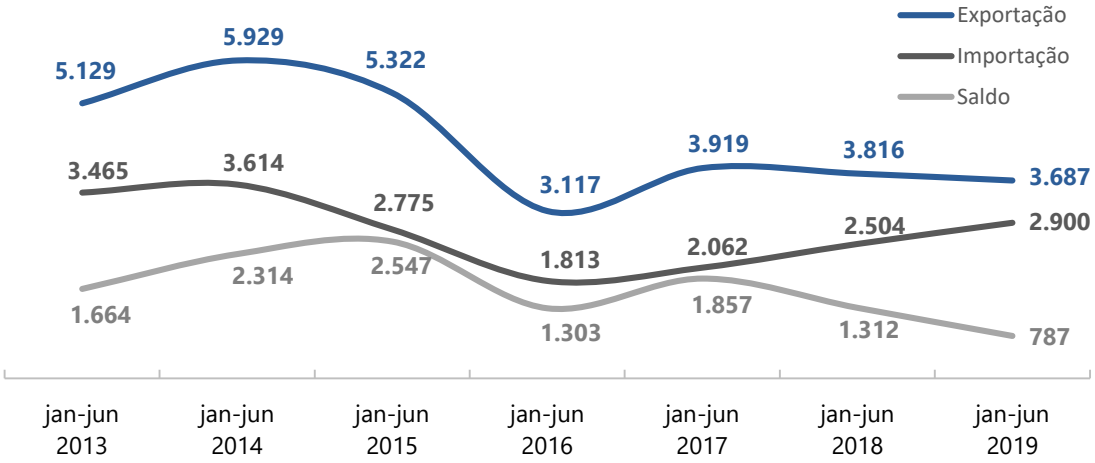
	Descrição	2018[1]				2019[1]			
		US$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %	US$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %
1	Hulha	470	18,8%	2.743.701	69,5%	505	17,4%	3.021.012	70,2%
2	Torneiras e dispositivos semelhantes para canalizações	0	0,0%	23	0,0%	152	5,2%	1.992	0,0%
3	Automóveis com motor a explosão	186	7,4%	17.875	0,5%	126	4,3%	11.701	0,3%
4	Coques com granulometria	37	1,5%	107.828	2,7%	89	3,1%	228.637	5,3%
5	Outros equipamentos terminais ou repetidores	66	2,6%	141	0,0%	86	3,0%	170	0,0%
6	Outros aviões e outros veículos aéreos	74	2,9%	40	0,0%	83	2,9%	61	0,0%
7	Malte não torrado	25	1,0%	47.395	1,2%	64	2,2%	124.947	2,9%
8	Resíduos de alumínio	44	1,8%	27.479	0,7%	56	1,9%	37.606	0,9%
9	Aviões e outros veículos aéreos, a turbojato	29	1,2%	31	0,0%	53	1,8%	38	0,0%
10	Hulha antracita	44	1,8%	396.530	10,0%	46	1,6%	351.030	8,2%
-	Total dos 10 produtos	976	39,0%	3.341.042	84,6%	1.260	43,4%	3.777.193	87,8%
-	Total das Importações	2.504	100%	3.949.716	100%	2.900	100%	4.300.637	100%

[1] valores referentes ao acumulado de janeiro a maio
Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Findes

O saldo da balança comercial, diferença entre as exportações e as importações, permaneceu superavitário no primeiro semestre de 2019, em território nacional e estadual. No Brasil o resultado foi de US$ 26 bilhões e no Espírito Santo de US$ 787 milhões. Contudo, ambos se encontram em patamares abaixo do ocorrido nos mesmos períodos de 2018 e 2017.

O saldo nacional obteve redução de -13,1% e o capixaba de -40,0%. Esse último é decorrente do aumento constante nas importações (+ US$ 396 milhões) em conjunto com a diminuição nas exportações (- US$ 129 milhões).

Gráfico 16 – Balança comercial do Espírito Santo, US$ FOB – milhões



Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Findes

A redução no saldo comercial do Espírito Santo está atrelada à queda das exportações de minério de ferro e seus concentrados e da celulose, devido à relevância que possuem dentre a pauta exportadora capixaba, ocupando a primeira e a quarta posição, respectivamente.

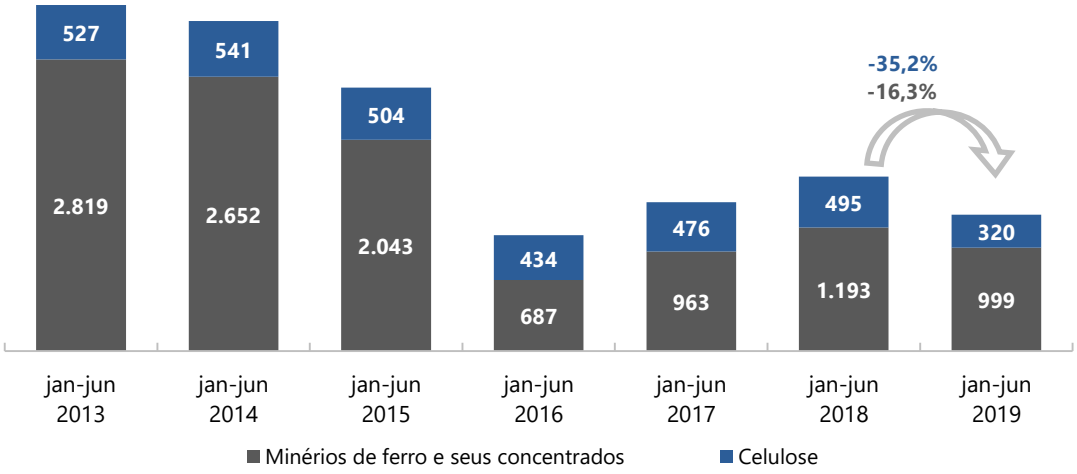
A produção brasileira do minério de ferro, como já tratado no Boletim do mês anterior, segue em trajetória decrescente. Para o primeiro semestre desse ano, o país que mais deixou de comprar do estado foi o Egito (US$ 155,3 milhões) com queda de -27,4%. A celulose passa por um período delicado em todo o mercado internacional, devido ao enfraquecimento da demanda nos dois principais países compradores (China e Estados Unidos). Esse cenário, em conjunto com a instabilidade comercial entre esses dois grandes mercados, tem elevado o nível de estoque dos países produtores, como analisado na seção anterior sobre o Desempenho Industrial.

Assim, verifica-se que as maiores reduções na pauta exportadora de celulose do estado foram referentes a: Estados Unidos (US$ 180,2 milhões) com -38,4%, China (US$ 72,4 milhões) com -2,8% e Itália (US$ 24,2 milhões) com -35,1%.

No acompanhamento dos preços das commodities, o preço do minério de ferro continua em sua trajetória ascendente, ultrapassando a média anual dos últimos 4 anos, e alcançando no mês de junho de 2019 a sua maior cotação desde maio de 2014 (US$ 109,18 a tonelada).

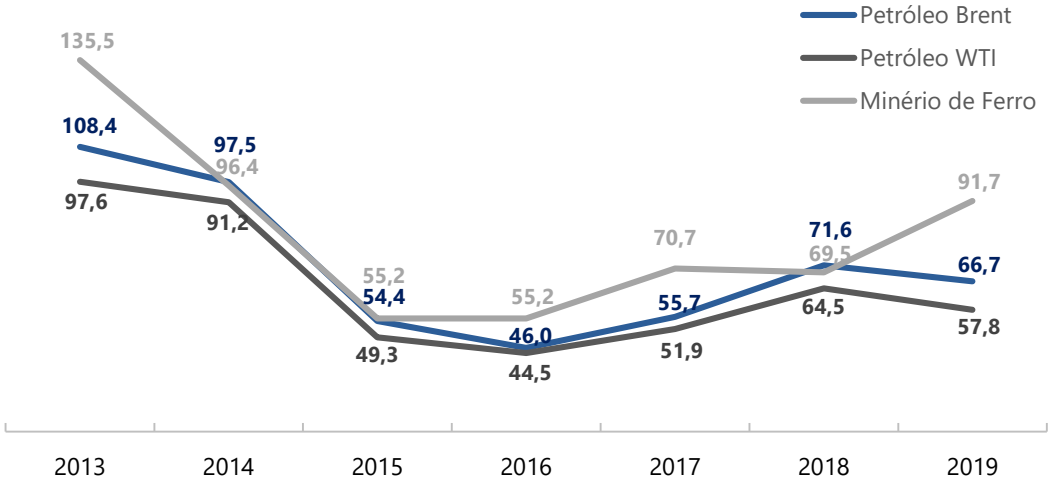
Em relação ao preço do petróleo, as médias anuais das duas cotações se encontram abaixo do registrado em 2018, conforme o gráfico 18. No entanto, na comparação da cotação de junho em relação a maio, a média preço do petróleo WTI teve alta mensal de 9,3% e do petróleo Brent de 3,2%.

Gráfico 17 – Evolução das exportações capixabas de minério de ferro e celulose, US$ FOB – milhões



Fonte: MDIC / Fucex
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 18 – Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US$ - média anual



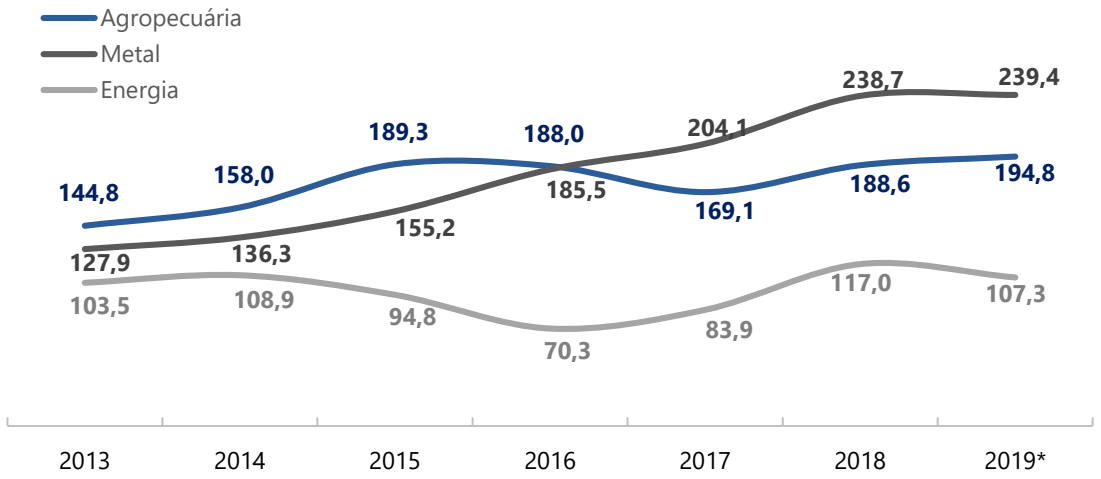
*últimas atualizações em junho/2019
Fonte: Investing.com
Elaboração: Ideies / Findes

O Índice de Commodities Brasil[23] (IC-Br), divulgado pelo Banco Central, ficou em 189,1 na média do primeiro semestre de 2019, nível praticamente igual ao observado em 2018 (189,0) e 17,6% acima do ocorrido em 2017. Ao desagregar esse indicador[24], verifica-se trajetória positiva para os grupos Agropecuária (3,3%) e Metais (0,3%).

Entretanto, o grupo de Energia, mais uma vez, foi o único a registrar queda, de -8,3%, em decorrência do menor nível de preço do Petróleo Brent, conforme analisado acima, e da contínua queda na cotação do gás natural, desde dezembro de 2018, segundo dados da Investing.com[25].

[23] O indicador IC-Br é elaborado a partir da média mensal dos preços internacionais de commodities convertidos para reais, e busca refletir a relevância de cada commodity para a dinâmica da inflação doméstica e captar os impactos proveniente das variações na taxa de câmbio.
[24] Os três grupos que compõem o IC-Br são agregados da seguinte forma: Agropecuária (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau); Metais (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata); Energia (petróleo brent, gás natural e carvão).
[25] Para mais informações sobre a cotação do gás natural, acesse https://br.investing.com/commodities/natural-gas-historical-data

Gráfico 19 – Evolução dos principais grupos de commodities brasileiras, média anual (2005 = 100)



*últimas atualizações em maio/2019
Fonte: Investing.com
Elaboração: Ideies / Findes

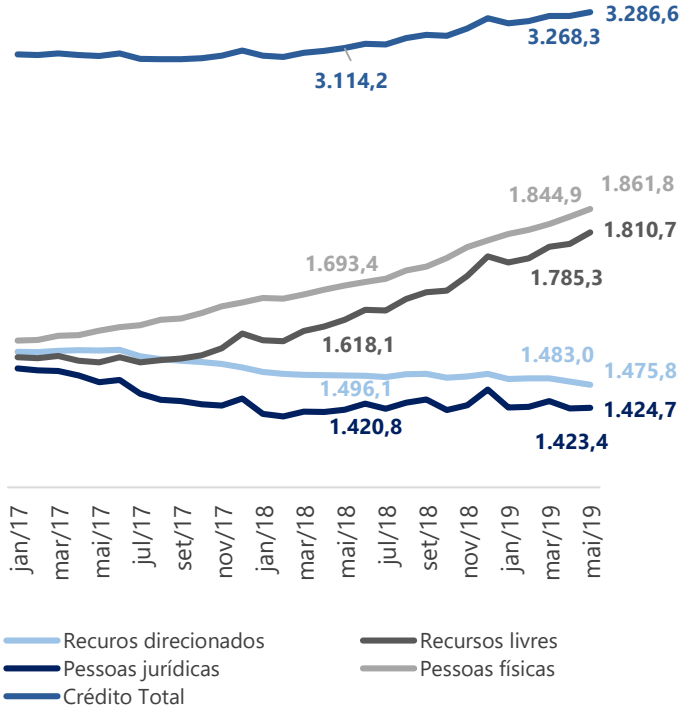
6. Crédito

Em maio, o mercado de crédito do país alcançou saldo total de R$ 3,3 trilhões, aumento de 0,6% em relação a abril. O saldo das operações de crédito com as famílias alcançou R$ 1,9 trilhão, crescimento de 0,9% no mês, enquanto o crédito total para as empresas manteve-se praticamente estável (0,1%) em R$ 1,4 trilhão.

Quando analisado por tipo de recurso, o segmento de crédito com recursos livres continua crescendo (1,4%) tanto para as empresas (1,2%) quanto para as famílias (1,6%). No mês, destacaram-se as modalidades de cartão de crédito (rotativo, parcelado e à vista), crédito pessoal, arrendamento mercantil de veículos e aquisição de veículos para famílias. O crédito para empresas com recursos livres teve como destaque as operações de capital de giro e o desconto de duplicatas e recebíveis.

Já no segmento de crédito direcionado houve um movimento inverso, com queda de -0,5% em relação ao mês imediatamente anterior, influenciado pela redução do crédito rural (-4,4%), do financiamento imobiliário para as empresas (-3,0%), e queda do financiamento com recursos do BNDES para as famílias (-3,6%).

Gráfico 20 – Saldos por segmento e por tipo de tomador de crédito, Brasil (em R$ bilhões)



Fonte: Bacen
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 12 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador – Brasil e Espírito Santo

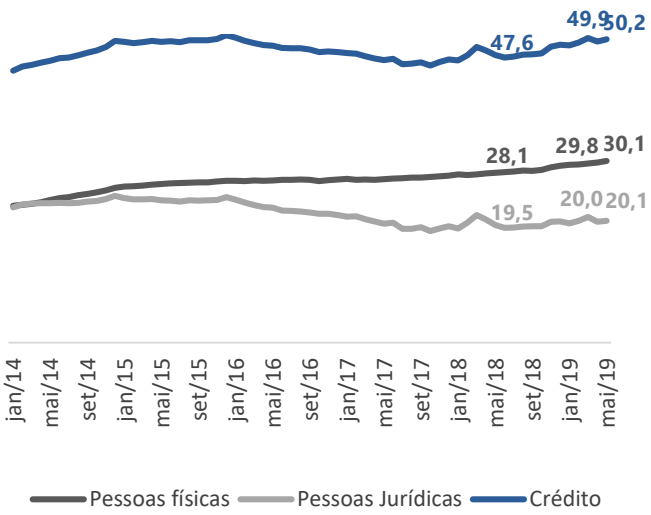
Saldo da Carteira de Crédito	Maio/2018			Abril/2019			Maio/2019		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R$ (Bilhões)
Brasil									
Credito Total	0,5	1,3	3.114,2	0,0	5,4	3.268,3	0,6	5,5	3.286,6
Pessoa Jurídica	0,3	-4,1	1.420,8	-1,1	0,5	1.423,4	0,1	0,3	1.424,7
Pessoa Física	0,5	6,2	1.693,4	0,9	9,5	1.844,9	0,9	9,9	1.861,8
Recursos Livres	0,9	6,1	1.618,1	0,4	11,4	1.785,3	1,4	11,9	1.810,7
Pessoa Jurídica	0,8	4,2	740,1	-1,0	9,0	799,9	1,2	9,4	809,5
Pessoa Física	1,0	7,8	878,0	1,4	13,3	985,4	1,6	14,0	1.001,2
Recursos Direcionados	0,0	-3,5	1.496,1	-0,4	-0,9	1.483,0	-0,5	-1,4	1.475,8
Pessoa Jurídica	-0,2	-11,7	680,7	-1,4	-8,6	623,5	-1,3	-9,6	615,2
Pessoa Física	0,1	4,5	815,4	0,2	5,5	859,5	0,1	5,6	860,6
Espírito Santo									
Credito Total	-1,5	1,8	47,6	-1,1	3,1	49,9	0,7	5,5	50,2
Pessoa Jurídica	-4,4	-1,1	19,5	-3,7	-1,7	20,0	0,6	3,3	20,1
Pessoa Física	-0,5	3,9	28,1	0,7	6,6	29,8	0,9	6,9	30,1

Nota: Variação ao mês, refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior (variação em doze meses.
Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Em maio, a evolução do mercado de crédito do Espírito Santo teve um movimento similar ao do mercado nacional. O montante de crédito no Espírito Santo ficou em R$ 50,2 bilhões no mês, crescimento de 0,7% em relação a abril e alta de 5,5% em 12 meses, puxado pelo aumento do crédito às famílias (gráfico 21).

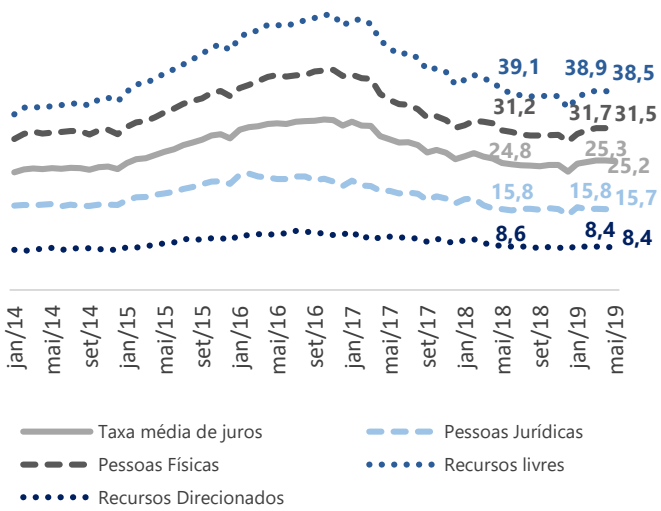
Em relação ao principal indicador do custo de crédito, a taxa de juros da economia ficou em 25,2% a.a., redução de -0,1 p.p. em relação a abril. Destaque para a queda na taxa de juros para operações de crédito com recursos livres, que diminuiu -0,4 p.p. na mesma base comparativa.

Gráfico 21 – Saldo de Operações de Crédito, Espírito Santo - (R$ bilhões)



Fonte: Bacen
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 22 – Taxa média de juros, por tipo tomador e por tipo de recurso - Brasil (% a.a.)

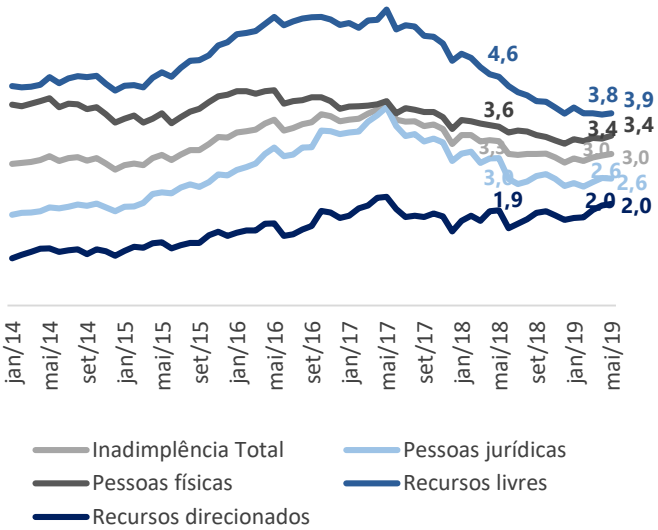


Fonte: Bacen
Elaboração: Ideies / Findes

A taxa de inadimplência nacional ficou estável em maio, na comparação com o mês imediatamente anterior. Em geral, observou-se estabilidade nas atuais taxas de inadimplência das carteiras de crédito por tipo de tomador (empresas e famílias) e por segmento de crédito, mesmo movimento registrado pelas taxas médias de juros da economia.

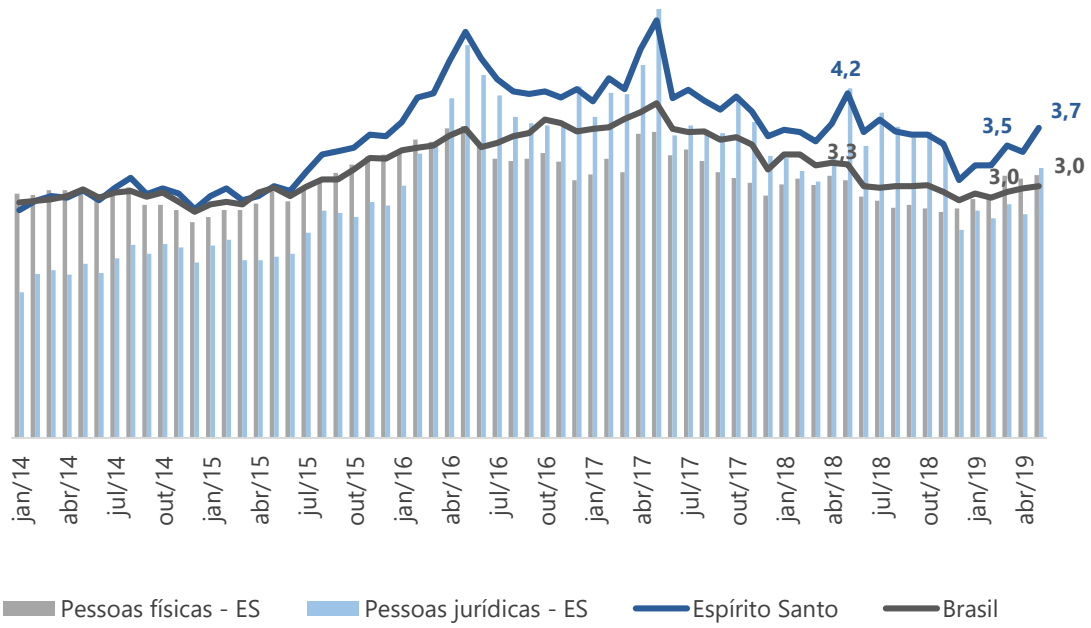
No Espírito Santo, a taxa de inadimplência cresceu 0,2 p.p., advindo do aumento da inadimplência das pessoas jurídicas, que teve alta de 0,7 p.p. na passagem de abril para maio. Por outro lado, a taxa de inadimplência das operações de crédito com as famílias segue com relativa estabilidade.

Gráfico 23 – Taxa de Inadimplência por tipo de tomador e tipo de recurso – Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 24 – Taxa de Inadimplência total – Espírito Santo e Brasil (%)

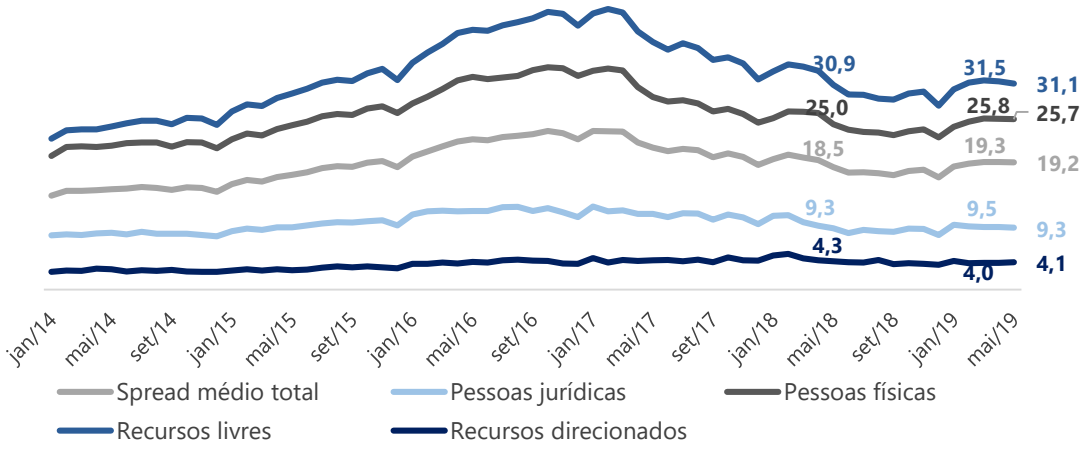


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Em relação ao spread médio das operações financeiras no Brasil, houve leve queda de -0,1 p.p. em maio, em relação ao mês imediatamente anterior, o que também se observou no spread médio para as pessoas físicas.

O único indicador de spread que cresceu nessa base de comparação foi o das operações de crédito com recursos direcionados.

Gráfico 25 – Spread médio, por tipo de tomador e por tipo de recurso - Brasil (em p.p.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

A análise das taxas média de juros cobradas pelas instituições financeiras do varejo permite investigar os dados mais atuais para as diferentes modalidades de empréstimos bancários, conforme a tabela 13. Na primeira semana de julho, observou-se redução nas taxas médias de juros cobradas para empréstimos nas modalidades de capital de giro de até 365 dias, conta garantida e desconto de duplicatas.

Em relação aos custos de empréstimos fornecidos pelo Banestes, a linha prefixada de desconto de duplicatas registrou queda ao mês e ao ano, de -0,1 p.p. e -1,5 p.p. respectivamente. Já o custo de financiamento para a modalidade de capital de giro superior a 365 dias, registrou queda de -0,6 p.p. na taxa de juros anualizada.

Tabela 13 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 01/07/2019 a 05/07/2019

Instituição	*Capital de Giro até 365 dias*		*Capital de Giro superior 365 dias*		*Conta Garantida*		*Desconto de Duplicatas*		*Adiantamento sobre Contrato Câmbio*	
	% a.m.	*% a.a.*	*% a.m.*	*% a.a.*	*% a.m.*	*% a.a.*	*% a.m.*	*% a.a.*	*% a.m.*	*% a.a.*
Banco do Brasil	0,8	9,8	1,2	14,7	2,4	33,5	1,6	21,3	0,2	2,2
Caixa Econômica	2,6	36,8	1,6	21,5	-	-	2,4	32,7	0,5	6,0
Santander	2,6	36,3	1,8	23,2	2,7	37,5	1,4	18,4	0,3	4,1
Itaú-Unibanco	1,7	22,0	1,8	23,3	3,3	47,3	1,7	21,6	0,4	4,7
Bradesco	1,7	22,9	1,6	20,7	3,4	48,5	1,6	21,4	0,3	3,5
Banestes	2,5	34,3	2,0	27,0	2,9	41,1	2,4	32,8	0,6	7,2
Média Total	1,9	25,5	1,6	20,7	2,9	41,7	1,7	23,1	0,3	4,1
Variação Banestes*	**-**	**-**	**0,0**	**-0,6**	**0,3**	**5,5**	**-0,1**	**-1,5**	**0,0**	**0,3**
Variação média total*	**-0,1**	**-1,4**	**0,0**	**-0,3**	**-0,4**	**-6,9**	**-0,1**	**-1,5**	**0,0**	**0,5**

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 03/06/2019 a 07/06/2019
Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central
Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Findes

7. Finanças Públicas Estaduais

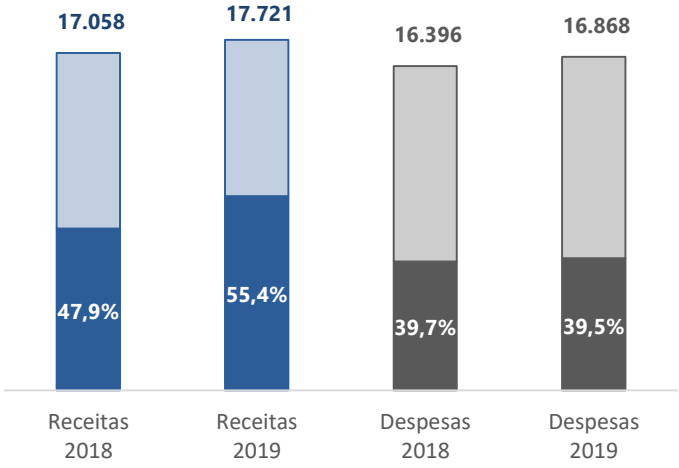
Passado o primeiro semestre do ano, a análise das contas públicas permite observar a evolução das receitas e despesas do Governo do Estado. A arrecadação total somou R$ 9,8 bilhões até junho, enquanto os gastos foram de R$ 6,6 bilhões.

Com metade do ano transcorrido, as despesas do Governo do Estado atingiram 39,5% do orçado para 2019, enquanto as receitas alcançaram 55,4% do total previsto.

Na comparação com o primeiro semestre de 2018, a receita total do estado registra alta real de 20,1% no ano. Já as despesas têm elevação real de 2,3%.

A tabela 14 mostra os resultados analisando algumas das principais rubricas do orçamento público.

Gráfico 26 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R$ milhões) e total realizado no primeiro semestre (em %) - Governo do Espírito Santo, 2018 e 2019



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Junho/2019
Nota 2: Despesas liquidadas
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 14 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2018 e 2019 (em R$ milhões)[1]

Receitas e despesas[2]	Jan - Jun 2018 (a)	Jan - Jun 2019 (b)	Variação (R$) 2019-2018 (b) - (a)	Variação (%) 2019/2018 (b) / (a)	Previsão 2019 (c)	Realizado 2019 (%) (b) / (c)
Receita Total	**8.174**	**9.816**	**1.641**	**20,1**	**17.721**	**55,4**
Receita Tributária	6.070	6.649	580	9,5	11.859	56,1
ICMS Total	5.077	5.560	483	9,5	9.874	56,3
ICMS - Comércio	971	1.077	106	10,9	1.888	57,0
ICMS - Indústria	847	889	42	5,0	1.351	65,8
Demais Receitas Tributárias	992	1.089	97	9,8	1.985	54,9
Transferências Correntes	2.727	2.657	-70	-2,6	5.012	53,0
FPE	794	818	24	3,0	1.357	60,2
IPI	119	101	-18	-15,3	202	50,1
Royalties e Part. Especiais	868	854	-15	-1,7	1.589	53,7
Demais Transf. Correntes	946	885	-61	-6,5	1.865	47,4
Demais Receitas	2.002	3.333	1.331	66,5	5.693	58,6
(-) Deduções da Receita	-2.625	-2.824	-199	7,6	-4.844	58,3
Despesa Total	**6.514**	**6.664**	**150**	**2,3**	**16.868**	**39,5**
Pessoal e Encargos Sociais	4.173	4.216	44	1,0	10.234	41,2
Investimentos	214	201	-14	-6,3	1.367	14,7
Demais Despesas	2.127	2.247	120	5,7	5.267	42,7

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Junho/2019
Nota 2: Despesas liquidadas
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Findes

A maior responsável pela significativa alta das receitas em 2019 foi a rubrica de Transferências de Capital da União (englobada em "Demais Receitas" na tabela 14), que concentra os R$ 790 milhões recebidos até o final de junho como valores retroativos do acordo referente à exploração de petróleo no Parque das Baleias[26].

Fora essa receita extraordinária, se destaca também a evolução da receita tributária e da arrecadação do ICMS, que cresceram 9,5% nos primeiros seis meses do ano, quando comparado ao mesmo período de 2018.

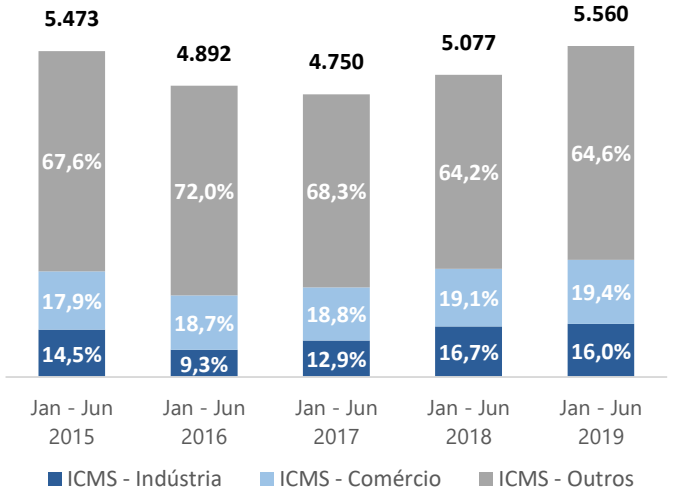
O gráfico 27 mostra que a arrecadação de ICMS capixaba em 2019 (R$ 5,56 bilhões) alcançou o maior montante para o primeiro semestre nos últimos cinco anos comparados.

Observando a última coluna da tabela 14, que apresenta o percentual das receitas e despesas realizadas em relação ao previsto no orçamento do estado, o ICMS-Indústria é o item com a maior proporção, de 65,8%. Isso indica que a arrecadação desta rubrica tem sido maior do que o inicialmente esperado para o ano, ainda que seu crescimento em relação a 2018 (5,0%) esteja inferior ao do ICMS-Comércio (10,9%), por exemplo.

As receitas do petróleo, englobando os royalties e participações especiais recebidos pela exploração do produto em terras e mares capixabas, somaram R$ 854 milhões entre janeiro e junho de 2019, valor -1,7% menor que o registrado no mesmo período de 2018. O montante retroativo anteriormente citado, recebido em virtude do acordo do Parque das Baleias, não entra nessa conta, no entanto, o acordo deve repercutir também em acréscimo nos valores futuros a serem recebidos como participação especial.

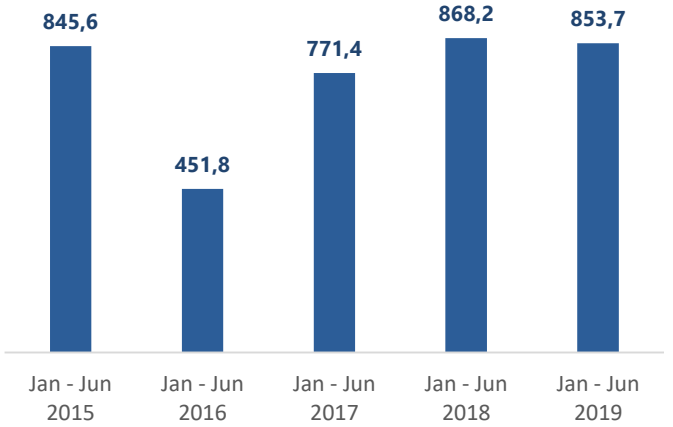
No âmbito das despesas, os gastos com pessoal e encargos sociais seguem representando a maior parcela, somando R$ 4,2 bilhões no primeiro semestre. Em relação a 2018, há um aumento de 1,0% nessa rubrica, abaixo, portanto, da elevação da despesa total (2,3%).

Gráfico 27 - Receitas de ICMS, em R$ milhões e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo



Nota: Valores deflacionados pelo IPCA de Junho/2019
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 28 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R$ milhões)

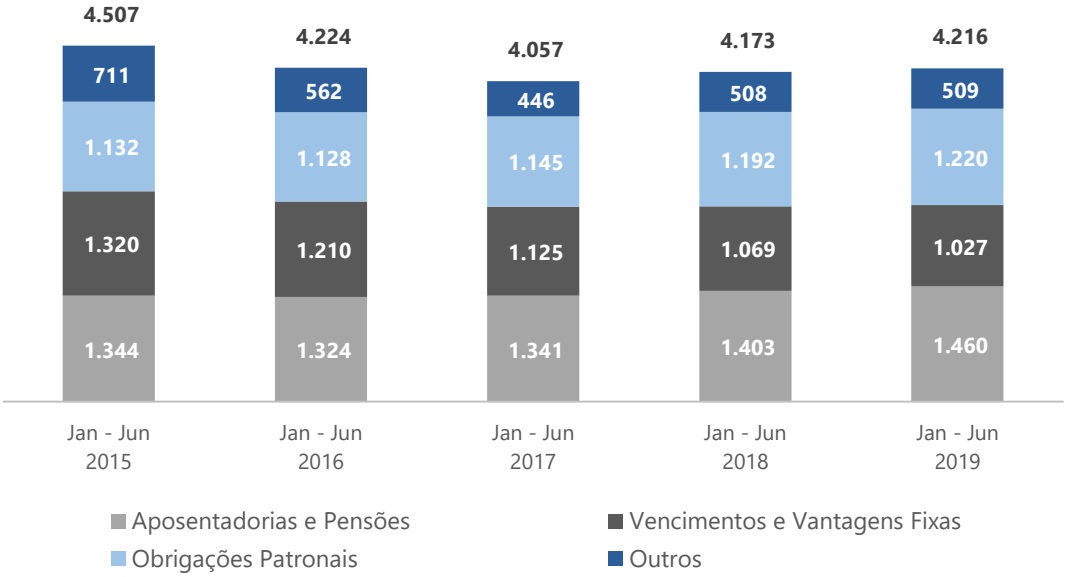


Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Junho/2019
Nota 2: inclui royalties e participações especiais
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Findes

Abrindo ainda mais os gastos com pessoal, o gráfico 29 revela que na comparação anual houve redução de -4,0% nos desembolsos com os salários e vencimentos dos servidores da ativa. Em compensação, os dispêndios com aposentadorias e pensões dos servidores inativos ampliaram 4,1% em relação a 2018.

[26] Veja mais detalhes sobre o assunto na seção de Finanças Públicas Estaduais do Boletim de maio: http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/390/original/BEC_Maio_2019.pdf?1560542895

Gráfico 29 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R$ milhões) – Governo do Espírito Santo



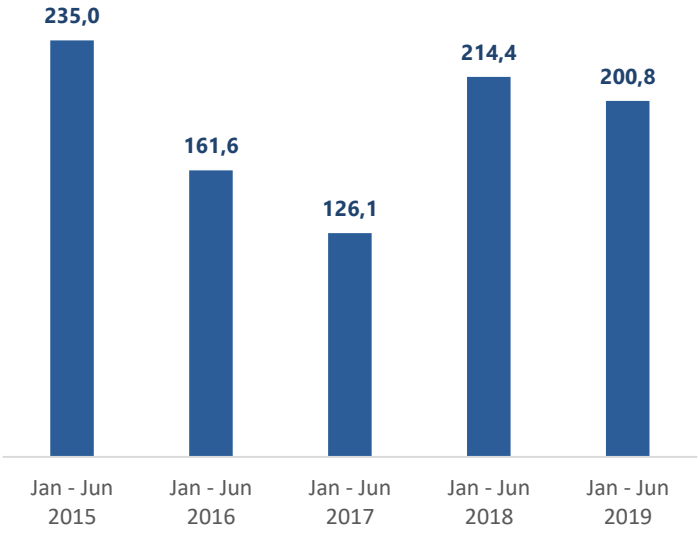
Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Junho/2019
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Findes

Os investimentos públicos do Governo do Estado totalizaram R$ 200,8 milhões no primeiro semestre do ano. Esse valor representa uma queda de -6,3% em relação ao realizado no mesmo período de 2018.

A principal destinação dos investimentos estaduais se deu para Obras e Instalações, que somaram R$ 118,5 milhões. Deste montante, R$ 94,7 milhões foram investidos em Obras Rodoviárias e Viárias, entre janeiro e junho deste ano.

Algumas notícias recentes revelam a possibilidade de haver uma aceleração na retomada dos investimentos públicos do estado nos próximos meses. A Assembleia Legislativa autorizou no último dia 16 de julho a contratação de empréstimo de mais de R$ 800 milhões do Governo do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para aplicação em obras de infraestrutura[27]. Também há projeto em análise para que seja autorizado um outro empréstimo de cerca de R$ 275 milhões junto ao BID para investimento em creches.

Gráfico 30 - Despesas com Investimentos (em R$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Junho/2019
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Findes

[28] Veja mais em: https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/07/aprovado-emprestimo-de-r-814-milhoes-para-o-governo-do-es-1014189877.html

8. Comentários Finais

Os indicadores referentes a maio mostram que naquele mês a atividade econômica capixaba, medida pelo IBCR-ES, acumulou alta de 1,92% em 12 meses, em tendência de queda iniciada em março, mas ainda acima do indicador nacional (IBC-BR) que ficou em 1,31% na mesma base de comparação.

Em relação aos setores de atividade, o acumulado em 12 meses até maio mostra que o Brasil registrou estabilidade na produção física da indústria, cresceu 3,8% no comércio varejista ampliado e 1,1% nas vendas de serviços. Já o Espírito Santo teve queda na indústria (-4,1%) e nos serviços (-2,3%), crescendo apenas no comércio varejista ampliado (10,0%).

No tocante ao mercado de crédito, o Brasil e o Espírito Santo acumulam alta de 5,5% no saldo da carteira, na comparação interanual em maio de 2019. Por segmento, o país e o estado acumulam altas no crédito tanto para as pessoas jurídicas, quanto, em maior magnitude, para as pessoas físicas. Na análise nacional por tipo de crédito os recursos livres seguem tendo ampliação no saldo, enquanto os recursos direcionados permanecem em declínio.

Nos últimos indicadores disponíveis que já englobam o fechamento do primeiro semestre, destaque para a inflação brasileira que reduziu para 3,37% no acumulado em 12 meses até junho. Para a Região Metropolitana da Grande Vitória o IPCA ficou em 3,67% no mesmo comparativo.

O comércio exterior, por sua vez, registrou um primeiro semestre de queda nas exportações nacionais (-3,6%) e capixabas (-3,4%) na comparação com o mesmo período de 2018. As importações do país também tiveram redução (-4,7%), enquanto as do Espírito Santo registraram alta de 15,8% na comparação contra o primeiro semestre do ano passado. Por consequência de tudo isso, o saldo da balança comercial brasileira teve redução de -13,1% no primeiro semestre e capixaba caiu -40,0%. Ainda assim, ambos continuam superavitários em US$ 26 bilhões e em US$ 787 milhões, respectivamente.

As finanças públicas tiveram um primeiro semestre positivo. A arrecadação federal até junho teve alta de 1,8% quando comparada a 2018, somando R$ 763,3 bilhões. No Espírito Santo o total de receitas de R$ 9,8 bilhões representa alta de 20,1% na arrecadação do Governo do Estado na comparação com o ano anterior, influenciada por receitas retroativas extraordinárias relativas à exploração de petróleo. As despesas somaram R$ 6,6 bilhões registrando alta mais modesta, de 2,3% em relação aos primeiros seis meses de 2018.

Na agenda política recente, conforme destacado na primeira seção deste Boletim, o mês de julho teve como grande destaque a aprovação da Reforma da Previdência em primeiro turno no plenário da Câmara dos Deputados. A conclusão da votação da matéria ficou para depois do recesso parlamentar, mas o ânimo com a primeira e importante vitória ajudou a confirmar as expectativas do mercado por uma redução da Taxa Selic, que caiu pra 6,00% a.a. por decisão do Copom, em reunião finalizada em 31 de julho.

O Boletim Focus do último dia 29 de julho registra expectativa do mercado de que a Selic termine 2019 aos 5,50% a.a., com a inflação na casa dos 3,80%. Depois de 20 semanas seguidas de queda nas projeções do crescimento do PIB para este ano, em meados de julho a expectativa voltou a crescer, provavelmente influenciada pela primeira votação da Reforma da Previdência, a projeção de algum impulso no consumo com a liberação de saldos do FGTS e a entrada em cena de novos elementos da agenda econômica do Governo Federal. O crescimento do PIB esperado pelo mercado para este ano, no entanto, ainda é baixo, na casa dos 0,82%.

Lista de Siglas e Fontes dos indicadores utilizados nesta publicação

ACC: Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Anatel: Agência Nacional das Telecomunicações
BC: Banco Central do Brasil
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Copom: Comitê de Política Monetária
Fecomércio-ES: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo
Fed: Federal Reserve – Banco Central dos Estados Unidos
Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Findes: Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FMI: Fundo Monetário Internacional
Focus: Relatório semanal organizado pelo BC, com expectativas de mercado de cerca de 130 instituições
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FOB: "Free On Board"
Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC: Índice de Atividade Econômica do Banco Central
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV: Instituto Brasileiro de Economia / Fundação Getúlio Vargas
IC-Br: Índice de Commodities Brasil
ICEI: Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IR: Imposto de Renda
LCA: LCA Consultores
MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE: Ministério do Trabalho
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Pasep: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB: Produto Interno Bruto
PIM-PF: Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PMC: Pesquisa Mensal do Comércio
PMS: Pesquisa Mensal de Serviços
RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória
SEFAZ: Secretaria de Estado da Fazenda
Selic: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIGEFES: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN: Secretaria do Tesouro Nacional

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão
Marcelo Barbosa Saintive
Silvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração
Assunto em Destaque – Rodrigo Taveira Rocha
Cenário Econômico – Jordana Teatini Duarte
Mercado de Trabalho – Thais Maria Mozer
Desempenho Industrial – Jordana Teatini Duarte
Comércio Exterior – Taíssa Farias Soffiatti
Crédito – Balmore Alírio Cruz Aguilar
Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha
Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

(27) 3334-5689 | ideies.org.br | @ideies | (27) 98818-2897

IDEIES

FINDES
CINDES
SESI
SENAI
IEL
IDEIES

Sistema FINDES